

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

LUANA ELIAS DA SILVA

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO CENTRO DE DEFESA DA VIDA EM
2020**

RIO DE JANEIRO

2022

Luana Elias da Silva

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO CENTRO DE DEFESA DA VIDA EM
2020**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do grau de bacharel em serviço
social.

Orientadora: Rosana Morgado Paiva

Rio de Janeiro - RJ

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por terem me dado todo o suporte e compreensão da qual precisei nesse longo processo. Garantiram minha sobrevivência, minha saúde, minhas necessidades físicas e emocionais, realizaram os gestos mais sutis e os mais extremos para que eu não desistisse de mim e deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de turma, que compartilharam a trajetória de iniciar uma graduação que nos desafia diariamente, que foi atravessada por uma pandemia e ainda assim conseguimos estabelecer uma rede de apoio entre nós e isso foi muito importante.

Agradeço à equipe do Centro de Defesa da Vida, por terem sempre me encorajado a enfrentar questões delicadas e difíceis com carinho, paciência e muito profissionalismo.

Por fim, um profundo agradecimento à minha orientadora Profa. Rosana Morgado, por ser paciente, compreensiva e me ajudar a elaborar esta monografia.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade realizar um diálogo com o tema “violência contra a mulher”, analisando as relações familiares, a violência de gênero e a crise econômica, considerando o agravante que uma pandemia mundial pode trazer para este cenário. Além de analisar dados publicados pela imprensa brasileira, bem como artigos e relatórios de organizações internacionais e organizações direcionadas ao enfrentamento da violência doméstica, junto com orientações do combate a COVID-19. Partindo-se desta informação, tornou-se necessária uma apresentação inicial do núcleo familiar, permeado pela visão patriarcal, configurando-se enquanto um espaço de construção da violência de gênero. Ademais, fez-se necessária uma análise sobre o cenário econômico em que o Brasil está inserido, para entender a situação de vulnerabilidade que acomete as mulheres, para tão somente depois, em cima disso, mostrar como a intensificação da violência doméstica durante o período pandêmico afetou o Centro de Defesa da Vida (CDVida) e seu atendimento no ano de 2020.

Palavras-chave: famílias; violência de gênero; pandemia; crise econômica; vulnerabilidade social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. OBJETIVOS	9
1.1.1. Objetivo Geral	9
1.1.2. Objetivos Específicos	9
1.2. METODOLOGIA	9
2. CRISE ECONÔMICA ATUAL BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA MAIOR VULNERABILIDADE DE MULHERES.	11
2.1 APROFUNDAMENTO DA DESIGUALDADE COM A CHEGADA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO PAÍS	14
2.2 CRISE ECONÔMICA ATUAL E DEFASAGEM E RETROCESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	18
3. FAMÍLIA, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	22
3.1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	24
3.2. MUDANÇAS NO MECANISMO DE VIOLÊNCIA FAMILIAR E DOMÉSTICA NA PANDEMIA DO COVID-19	28
4. OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO CENTRO DE DEFESA DA VIDA EM 2020	32
4.1. O CDVIDA E UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO TERRITORIAL	32
4.2. A RELAÇÃO DO CDVIDA COM A RELIGIÃO	37
4.3. OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO CDVIDA EM 2020	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

1. INTRODUÇÃO

A principal motivação para a elaboração deste projeto veio do caso de uma mulher assistida pelo Centro de Defesa da Vida, feito a partir de um atendimento social, onde ela declarou ter sofrido violência de seu companheiro. Os dois se encontravam desempregados e estavam sobrevivendo através do recebimento de doações, bolsa-família e “bicos” que ele fazia. A violência física teria acontecido, segundo relatos, pois a mulher desejava alimentar todos os seus quatro filhos, já o agressor, queria dar comida apenas para o filho que possuem juntos e não para os de seus antigos parceiros, visto que a comida estava escassa.

Refletir sobre esse atendimento me fez querer pesquisar sobre a violência de gênero, a violência doméstica, o papel da mulher dentro da família e também as consequências da pandemia para as mulheres atendidas pelo Centro de Defesa da Vida, onde comecei meu estágio acadêmico e permaneci por quatro semestres seguidos.

Para falar sobre essa temática faz-se necessário buscar mecanismos para entender a sociedade capitalista e patriarcal. Sendo assim, Arruzza (2015) considera que o patriarcado é comumente usado para mostrar como a opressão e a desigualdade de gênero não são ocorrências acidentais, para a autora, ele é decorrente de questões fundamentalmente produzidas, com um caráter e consistência societal, que não pode ser explicado a um nível individual.

A violência doméstica contra as mulheres é uma expressão dessa dominação patriarcal, conforme Saffioti (1995), “a violência de gênero é um conceito mais amplo que o de violência contra a mulher e por sua vez, produz-se e reproduz-se nas relações de poder, onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia”. Além disso, a autora coloca que essas relações expressam uma forma particular da violência, mediatizada pela ordem patriarcal, que dá aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, utilizando a violência como um de seus instrumentos.

O Centro de Defesa da Vida (CDVida) é uma Obra Social da Ação Social Paulo VI/ASPAS, da Diocese de Duque de Caxias, localizada na baixada fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o site da instituição, ela atua há 23 anos na disseminação de “uma cultura de não violência de gênero, doméstica, familiar e social, contribuindo para a valorização e defesa da vida” (CDVida, 2022), sendo esse o espaço institucional desta pesquisa.

O início do ano de 2020 foi marcado pelo surgimento do novo Coronavírus e sua rápida disseminação em diversos países, tendo sido declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) uma pandemia, que teve como recomendação o isolamento dos casos encontrados, distanciamento social e medidas de quarentena, onde as pessoas não deveriam sair de suas casas por um longo período de tempo, por ser um vírus extremamente contagioso, desconhecido e perigoso.

Com falta de direção política do Governo Federal, que iniciou um processo de se ausentar da linha de frente da pandemia e também, o ministro da saúde da época reconheceu a autonomia dos estados para que decidissem sobre a circulação das pessoas. Desse modo, em março de 2020 o estado do Rio de Janeiro decreta situação de emergência e adota medidas referentes ao isolamento social, que acaba se estendendo por mais tempo do que o esperado.

Este novo contexto trouxe diversas consequências para o país, dentre elas podemos destacar as mulheres que sofrem violência terem convivido constantemente com seu agressor dentro de casa, o desemprego, o aumento da pobreza e o crescimento das tarefas domésticas e familiares. Quantas mulheres não conseguiram denunciar seus agressores por estarem em confinamento com os mesmos? Quantas não puderam sair de casa para realizar um registro por medo de se contaminar com o novo vírus?

A crise de saúde representa também uma crise econômica sem precedentes, especialmente devastadores em países periféricos e/ou em desenvolvimento. Tem sido observado que a perda de empregos e negócios relacionada a medidas de distanciamento social tem um grande peso em setores com grande participação feminina, como turismo, serviços de alimentação e bebidas e varejo (ONU

MULHERES, 2020). Com rendimentos mais baixos do que os homens, as mulheres estão em risco de pobreza provocada pela crise.

Por isso, é importante destacar o debate teórico acerca do capitalismo e suas crises, relacionando-o com a temática da violência doméstica. Antes deste modo de produção, as mulheres já eram objetos da opressão patriarcal, no entanto, quando o capitalismo se consolida, a mulher é vista como uma propriedade. O modo de produção capitalista fez com que “a mulher e a criança, semelhantes a escravos, pudessem se tornar propriedade do homem” (Alambert, 1986). As crises financeiras decorrentes do capitalismo são um fator contribuinte para o agravamento da violência doméstica. Para Netto e Braz (2012) a crise não é um acidente de percurso, elas são o resultado da dinâmica do Modo de Produção Capitalista.

A chegada da pandemia faz com que sejam potencializados tanto os casos de violência contra mulher quanto a crise financeira que o país já enfrentava. Segundo Sousa, Santos e Antonietti (2021) as pesquisas nacionais que fazem uso de coleta de dados, revelam a dificuldade econômica generalizada durante a pandemia como um dos principais pontos para o aumento da violência e, em seguida, como um dos motivos de redução das denúncias em diversos estados do Brasil.

Sendo assim, o estudo busca refletir sobre a intensificação da violência doméstica contra mulher no contexto exposto, entendendo que este é um problema antigo que vem sendo denunciado pelos movimentos feministas desde a década de 1970. Além disso, a violência doméstica atinge repercussões em vários aspectos da vida das mulheres, como no trabalho, nas relações sociais e em sua saúde, por exemplo. Logo, mostra-se relevante analisar quais são os fatores que agravam este quadro.

Por fim, a pesquisa é importante para entender o que fez o Centro de Defesa da Vida – uma organização não-governamental focada em realizar atendimentos especializados para mulheres em situação de violência doméstica – inserir em seu modo de trabalho a distribuição de cestas básicas para as usuárias, nunca antes feito pela instituição. Para isso, faz-se necessário a análise dos impactos gerados

pela intensificação da violência doméstica durante a pandemia de coronavírus no ano de 2020 na Obra Social e em seu atendimento.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

Refletir sobre os impactos da pandemia de coronavírus na vida das mulheres atendidas e acompanhadas pelo Centro de Defesa da Vida em 2020.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Analisar a violência doméstica como uma expressão das relações de gênero e das relações familiares;
- Analisar como a crise econômica ligada à pandemia afeta as mulheres em situação de violência;
- Identificar o crescimento da vulnerabilidade social das mulheres do CDVida.

1.2. METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos, a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica acerca das temáticas de família, violência de gênero e doméstica, no contexto da crise econômica brasileira atual. As implicações da pandemia para as mulheres junto com o aumento do desemprego, da pobreza e da vulnerabilidade social, bem como a pesquisa de campo exploratória, através de observações e análises sobre o perfil das mulheres atendidas pelo Centro de Defesa da Vida, tal como suas demandas.

O trabalho está organizado em capítulos, contemplando a introdução, o desenvolvimento que abrange estudos sobre famílias; a violência doméstica como uma expressão das relações de gênero; crise econômica, pandemia e mulheres em situação de violência doméstica; os impactos da pandemia no Centro de Defesa da Vida e considerações finais. Estão sendo examinadas literatura sobre o tema,

artigos, documentos e leis referentes à temática, que vão fornecer subsídios para esclarecer, conceituar, identificar e aprofundar o estudo diante da experiência de estágio na organização social.

Durante o meu campo de prática no CDVida, participei de reuniões e seminários que faziam debates referentes a violência doméstica e familiar, analisando o contexto socioeconômico. Além de reuniões para discussão de estudos de casos, que contribuíram para aprofundar o meu conhecimento sobre esta temática que me interessava. Outra fonte de inspiração para a reflexão trazida na monografia foi minha participação como estagiária nos eventos e discussões do Fórum Municipal dos Direitos da Mulher em Duque de Caxias (FMDM — DC), que demandava reuniões e articulações com os serviços ofertados pelo município, para uma discussão coletiva dos encaminhamentos necessários.

2. CRISE ECONÔMICA ATUAL BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA MAIOR VULNERABILIDADE DE MULHERES.

Partindo da premissa de que desde o golpe político que, a então presidenta, Dilma Rousseff sofreu em 2016 e a usurpação do cargo por Michel Temer, nota-se uma sucessão de contrarreformas que afetam fundamentalmente a vida social e econômica da classe trabalhadora. Dando ênfase à Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, que congelou o teto de gastos da União por 20 (vinte) anos, afetando diretamente os investimentos em saúde, educação e assistência social.

As condições precárias de trabalho e proteção social como informalidade, intensiva exploração da força de trabalho, altos índices de adoecimentos e mortes no trabalho, investimento insuficiente de recursos nas políticas públicas são situações constitutivas da formação do mercado de trabalho brasileiro (LARA, 2021, p. 32)

Ainda nesse aspecto, a contra reforma trabalhista, que facilitou a precarização do trabalho formal, acarretou uma contrarreforma previdenciária onde desencadeou uma impossibilidade da classe trabalhadora garantir o direito de uma aposentadoria. Isso decorrente de uma série de fragilidades e prejuízos gerados diretamente aos trabalhadores. Lara e Hillesheim (2021, p. 67) ressaltam a problemática dizendo que “as contra reformas nas políticas sociais (retirada de direitos históricos, como no caso da previdência) e a privatização do patrimônio público foram as principais causas da defensiva do movimento sindical e social”.

É importante ressaltar o ataque direto à seguridade social, tornando o mercado de trabalho um mar de precarização (LARA, 2021). O autor ainda acrescenta que “a sociedade brasileira precisa compreender que o projeto de nação para o Brasil antes da Covid-19 já era uma tragédia para as classes subalternas (p. 33). Diante do processo histórico vindo desde 2014, com a crise econômica assolando o País e com os escândalos de corrupção entre empresas privadas e o governo e, por consequência o golpe contra a presidenta, Lara e Hillesheim (2021, p. 68) afirma que:

É nesse contexto que os empresários e representantes da burguesia nacional pressionaram o legislativo e o executivo com a pauta da

modernização trabalhista, que na verdade constituiu-se em permanente regressão dos direitos conquistados historicamente.

Desde a última eleição para presidente, em 2018, o atual ocupante do cargo manteve o foco no ultraconservadorismo e suas várias facetas. Todo esse processo se deu diante desse avanço do conservadorismo da extrema direita que, por sua vez, se resume em seu *modus operandi* embasado na truculência, objetivando-se na ordem e no controle social, onde se observa na radicalização do discurso de ódio e, principalmente, na despolitização dos movimentos sociais e nos ideais reacionários. Tendo como ideários principais a moral, a religião cristã e a biologia, que são resgatadas como argumentos justificadores para a manutenção do *status quo* (FUCHS et al, 2021) que está a serviço dos meios de produção dentro do sistema capitalista.

A crise econômica, somada a uma grave crise política, marca o segundo mandato de Dilma, o que culmina no golpe parlamentar de 2016, que contou com a participação decisiva do judiciário, grande mídia e movimentos da sociedade supostamente anticorrupção. O governo de Michel Temer assume a tarefa de impor, em pouco mais de dois anos, uma agenda política/econômica ousada, alinhada aos interesses do grande capital. As contrarreformas encaminhadas por Temer avançaram sobre direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Foram aprovadas no período modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a terceirização das atividades-fim e enviada ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional n. 287 (PEC 287). (JESUS e CAMPOS, 2021, p. 90, grifo nosso)

O avanço do conservadorismo tem prevalecido enquanto parte da estratégia do capital em explorar cada vez mais a classe trabalhadora e avançar em sua proposta de expropriação de direitos dessa classe. O capital financeiro e o processo de mundialização do capital, apoiados pela dívida pública e pelo mercado de ações que, por sua vez, sobrevivem apenas com a decisão política dos Estados e suporte das políticas fiscais e monetárias, são responsáveis pela maior expressão da “questão social”, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho; tendo em vista que quanto mais pessoas desempregadas, mais fácil de se capturar suas subjetividades a fim de que se crie uma falsa ideia de “empreendedorismo” e “autonomia” desses indivíduos de modo que, cada vez mais, haja a superexploração da classe trabalhadora com horas excedentes de trabalho informal e precarizado e sem nenhum direito trabalhista ou previdenciário.

[...] a atual conjuntura não é fruto apenas da ganância dos que ocupam o poder executivo atualmente. É fruto de uma sociedade cindida, onde as

classes dominantes têm como *práxis* o massacre das classes subalternas em nome do poder (SOUZA e BARBOSA, 2021, p. 97, grifo do autor)

A redução dos níveis de emprego, o agravamento das expressões da “questão social” e a regressão das políticas sociais são consequências da lógica financeira do regime de acumulação do sistema capitalista, que tende a gerar crises mundiais, provocando retrocesso social, com maior concentração de renda do mesmo modo em que há aumento da pobreza. É notado esse agravamento das expressões da “questão social”, desencadeando no crescimento das desigualdades sociais — principalmente no contexto da pandemia da COVID-19. Lara e Hillesheim (2021, p. 62) citam que “pelas características do modo de produção capitalista, assumimos como pressuposto que as pandemias, catastróficas para a humanidade, são produtos desta mesma estrutura de produção”

Nesse contexto, o Estado trabalha como um alicerce para a burguesia, voltando-se para a redução ou eliminação de sua intervenção social em diferentes áreas e atividades; ele segue a linha de interesses da lógica capitalista, no qual o Estado seja aquele que não assuma tarefas que possam suprir as necessidades sociais, com ações reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social, isto é, um Estado que se desresponsabiliza acerca do enfrentamento das expressões da “questão social” e que, por sua vez, vai fortalecendo a lógica de deslegitimar direitos, dando ao capital o aval de explorar cada vez mais aqueles que somente possuem a sua força de trabalho para ofertar. Souza e Barbosa (2021) relatam que, conforme mostra o IBGE, o Brasil seria o nono país mais desigual do mundo, sendo maior ainda sobre a população preta e parda, em especial mulheres. Sendo elas cerca de 39,8% da população em situação de pobreza extrema.

Antunes (2020) assinala de forma contundente a realidade da classe trabalhadora neste período de crise dizendo:

Uberização do trabalho, distintos modos de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios: eis o mundo do trabalho que se expande e se desenvolve na era informacional, das plataformas digitais e dos aplicativos.(grifos do autor)

2.1 APROFUNDAMENTO DA DESIGUALDADE COM A CHEGADA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO PAÍS

Dentro do processo de desconhecimento do que seria o vírus e seu possível impacto no País, o Estado caminhou na contramão de todo o mundo e promoveu uma onda de ideais sem procedência e confirmações científicas, mesmo com as orientações já postas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Houve relutância sobre a necessidade do isolamento social, dado que prejudicaria a economia do país; desse modo, o índice de contaminação pelo vírus crescia torrencialmente. Souza e Barbosa (2021, p. 96) acrescentam que “a defesa abstrata da economia é a defesa dos interesses da burguesia acima de milhares de vidas”. Fuchs et al (2021) questiona sobre como a necessidade do isolamento social foi tratada por disputa de opiniões entre a ciência e o negacionismo, juntamente com as divulgações de *fake news*.

Vê-se claramente a priorização da acumulação de capital independente da crise sanitária, Souza e Barbosa (2021, p. 96) argumentam que “na esteira destas contradições, o Brasil tornou-se um dos epicentro da crise sanitária: apresenta uma imensa ascensão no número de mortos e infectados, e um nível enorme de subnotificação”.

Ainda nessa perspectiva de isolamento, cabe ressaltar que, segundo Barbosa et al (2020, p. 10) ele expôs “as vivências de mulheres em situação de violência doméstica” e transparece “o machismo estrutural como real gerador da violência”.

Como cita Lara (2021), o presidente Jair Messias Bolsonaro promovia debates sórdidos sobre sua intenção em priorizar a economia ao invés de priorizar salvar a vida da população brasileira, e isso repercutiu em toda parte do mundo. Isso mostra “[...] expressão da racionalidade econômica capitalista personificada por algumas mentes” (p. 36).

O direito à vida tornou-se o único direito humano que as nações do mundo tiveram que incluir em suas agendas e, em seguida, a intervenção dos Estados com a relação à destinação de recursos para combater o coronavírus (Covid-19) foi o remédio para o momento. As consequências econômicas e políticas dessas medidas ainda estão em curso, mas uma das poucas certezas é que a conta não tardará a chegar para a classe

trabalhadora de todos os continentes. O vírus pode não escolher a classe social, mas as classes subalternas são as mais atingidas. Quando os desempregados, favelados, moradores de rua, comunidades quilombolas, tribos indígenas e trabalhadores informais não morrem pela doença, eles encontram as maiores dificuldades na assistência médica e nas políticas de enfrentamento da crise sanitária. (LARA, 2021, p.26)

Levando em consideração as propostas infundadas do presidente sobre métodos de “tratamento precoce” com medicações não comprovadas cientificamente em conjunto com os possíveis lucros do setor farmacêutico, tem-se claro que “a sobrevivência e saúde das classes subalternas nunca terão prioridade em relação aos lucros da indústria farmacêutica no capitalismo” (LARA, 2021, p. 31).

Diante da necessidade e obrigatoriedade em se fazer um isolamento social e manter em funcionamento apenas atividades essenciais como padarias, farmácias, mercados, dentre outros; surge o debate acerca da questão financeira, de como as famílias da classe trabalhadora e, em especial, os que vivem na informalidade e serviços esporádicos poderiam se manter e manter o sustento de seu lar sem seus provimentos cotidianos.

E a pandemia frente a este cenário, desaparece dando lugar a discursos e falas dos nossos governantes que privilegiam discussões econômicas e deixam esquecidas, como uma questão menor, a implementação de políticas públicas que poderiam possibilitar às pessoas permanecerem em casa, cumprindo com o isolamento social, sem medo da fome, da miséria e sendo obrigados a sair em busca de sua sobrevivência, enfrentando o vírus, se contaminando e morrendo (MACHADO, 2021, P. 156-157)

Nesse intuito o governo se viu forçado, inclusive pela mobilização dos movimentos sociais e partidos de esquerda, a elaborar um projeto de auxílio emergencial que, inicialmente, seria de R\$ 200,00 (duzentos reais); mas com a pressão das massas esse valor se estabeleceu em R\$ 600,00 (seiscentos reais) para até dois membros da mesma família e de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para mães solo. Nisso, Lara (2021, p. 32) afirma que “foram esses trabalhadores que lotaram as filas da Caixa Econômica Federal em busca dos R\$600,00”. Deve-se levar em consideração que esse valor de seiscentos reais que foi distribuído é menor que um salário mínimo, se tornando uma quantia pouco significativa quando se trata de um custo de vida relativamente alto em determinadas regiões do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo. Essa variação e inconsistência relativas aos valores do auxílio emergencial refletem o projeto político que o governo federal iria colocar em vigor futuramente, através das políticas de assistência, dando

fim ao programa bolsa-família¹. “A lógica é que o Estado já fez sua parte transferindo auxílios emergenciais, agora cada indivíduo deve exercer sua capacidade individual de sobrevivência” (SOUZA e BARBOSA, 2021, p. 100).

Santos (2020) traz dados apresentados pelo governo federal em relação ao público beneficiário do auxílio, mostrando que dentro do público atendido pelo Cadastro Único, 55% eram mulheres, cadastradas no programa Bolsa Família ou não e, em oposição, dentre os solicitantes pelo aplicativo 57% eram homens. Vale ressaltar que do total de beneficiários, 44% possuíam idade entre 18 e 34 anos.

Os dados evidenciam diferenças entre os três grupos analisados. No público do Cadastro Único, as mulheres já ocupavam em sua maioria o papel de chefe de família, o que sugere que elas compõem um perfil mais vulnerável. Mas, com a pandemia, os homens também acabaram sendo afetados. Como eles não estavam no Cadastro Único, nem no Bolsa Família, precisaram solicitar o Auxílio Emergencial via aplicativo em maior proporção (SANTOS, 2020)

Entende-se essa diferença entre homens e mulheres em relação ao pedido do benefício devido à questão da desigualdade que se aprofundou com a pandemia, causando desemprego e desestruturando lares em todos os sentidos. Lara (2021, p. 33) indica que “as desigualdades de salários, habitação e todas as demais condições básicas de reprodução social fazem do Brasil um dos países com as piores condições de vida para a maioria da população”. Somando-se à fala, Souza e Barbosa (2021, p. 98) argumentam que “as pessoas pobres são atingidas de forma mais violenta pelos efeitos da pandemia, sem moradia e/ou péssimas condições de habitabilidade, onde a realidade é a ausência de saneamento básico”.

Fazendo uma análise histórica onde houveram pandemias e epidemias, nota-se que tais acontecimentos acompanharam e acompanham a humanidade desde seu surgimento. Contextualiza-se, portanto, que todas as doenças que abalaram a humanidade, de forma positiva ou negativa, movimentou processos de transposições significativas em sua reprodução sócio-histórica (LARA, 2021). O autor ainda pondera afirmando que

No Brasil, o coronavírus encontrou um país onde historicamente as pesquisas das ciências sociais e humanas já comprovavam as grandes desigualdades socioeconômicas e os processos contínuos de ataque aos direitos humanos (LARA, 2021, p. 36)

¹ Ver mais em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/49579/pdf>

Lara e Hillesheim (2021, p. 62) alegam que “o vírus pode ser policlassista e contaminar indivíduos pobres e ricos, mas os resultados já indicam que as classes subalternas são as mais atingidas”. Jesus e Campos (2021, p. 88) ressaltam que “os impactos gerados pela pandemia, só agudizaram problemas pré-existentes”.

Com a pandemia da Covid-19, percebeu-se o abismo entre as classes, principalmente em relação ao direito de isolamento. Levando em conta que o vírus chegou ao país por meio de viagens internacionais, sabe-se o perfil e classe dos primeiros infectados. Dito isso, a questão que vale ressaltar agora é o fato da população mais vulnerável (pessoas em situação de rua, comunidades, favelas e conjuntos habitacionais) não possuir meios e estruturas ideais para fazer o isolamento social, diferentemente de pessoas de classe média/alta, que vivem em locais arejados, com saneamento básico, acesso à água, bem distribuídos e com poucos integrantes familiares. “No início a doença estava entre as classes médias altas e nos bairros nobres e agora ela passa para a periferia e as camadas mais empobrecidas” (SOUZA e BARBOSA, 2021, p. 105).

É exatamente a partir dessa mudança de cenário que se intensifica a tensão pela retomada das atividades econômicas e flexibilização do isolamento. E para grande parte da população mais pobre, imersa na informalidade, no subemprego, sequer o isolamento pode ocorrer (IBIDEM)

Lembrando quem foi a primeira vítima fatal por Covid-19: uma mulher (negra), empregada doméstica de uma mulher idosa — já contaminada pelo vírus — de classe alta que acabava de chegar de viagem da Itália. A funcionária não teve o direito ao isolamento social devido às precaridades do trabalho doméstico que ocasionariam em seu desligamento. Essa mulher era negra, de periferia e foi a primeira a morrer por Covid-19. Isso expressa claramente a vulnerabilidade da mulher nesse período. Tanto no que tange o trabalho, e o risco de não perdê-lo e prejudicar gravemente a renda familiar; e o isolamento, por ficar em casa diuturnamente com seu agressor. Antunes (2020) ressalta,

Dada a divisão sociossexual e racial do trabalho em sua nova morfologia, as mulheres trabalhadoras brancas sofrem mais que os homens brancos (basta ver que os altos índices de violência doméstica e feminicídio se ampliam durante a pandemia), enquanto as trabalhadoras negras são ainda mais penalizadas que as brancas (veja-se o exemplo das trabalhadoras domésticas no Brasil, que totalizam 6,2 milhões, das quais 68% são negras). Recentemente, tivemos no Rio de Janeiro o brutal caso da morte de uma trabalhadora doméstica, Cleonice Ribeiro, que se contaminou ao

cuidar de sua patroa, que lhe escondeu estar contaminada pela Covid-19. A patroa branca se curou e a trabalhadora negra faleceu (grifos do autor).

Tendo em vista a permanência de determinados serviços essenciais, as mulheres, ainda sim, tiveram impacto crítico em relação às condições materiais de acesso aos mesmos. De tal modo que desencadeou o acirramento das desigualdades e desproporcionalmente mulheres de diferentes formas como classes, raça, credo, financeiramente, idade, sexualidade e identidade de gênero (NOTHAFT e CHAVEIRO, 2021)

Ao passo que a pandemia se estende, ela trouxe consigo — ou desvelou — pontos importantes a serem analisados. Houve, além de um aumento da violência contra a mulher, houveram violências de gênero como a sobrecarga de trabalho, a obrigatoriedade da mulher ir pra rua se arriscar para trabalhar e a redução do suporte social — com escolas fechadas e crianças em casa, com contato reduzido com parentes, vizinhos e amigos. Toda uma estrutura foi estabelecida de forma inconsciente para uma maior vulnerabilidade da mulher, tanto em casa quanto na rua.

Em relação à atuação efetiva do governo diante da crise sanitária mundial, Souza e Barbosa (2021) denunciam que houve uma falta de política efetiva para o enfrentamento pois esse é o real objetivo; tornar a pandemia um mecanismo de favorecimento da “economia política genocida do capitalismo dependente em crise” (p. 107).

2.2 CRISE ECONÔMICA ATUAL E DEFASAGEM E RETROCESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Abrindo este subcapítulo com a fala de Machado (2021, p. 146) que sintetiza potencialmente o contexto de crise e desigualdade no processo de durante/pós-pandemia:

A pandemia da Covid-19 chega ao Brasil em um momento em que as escolhas políticas realizadas por nossos governantes acentuaram a desigualdade econômica, a precariedade do trabalho e o enfraquecimento de serviços públicos de assistência, o que por sua vez colocou uma parte

significativa da população em situação de vulnerabilidade à doença e incapacidade de lidar com as suas consequências.

O neoconservadorismo se fortalece com o estreitamento de relações entre o Estado e a nova direita, onde há naturalização das desigualdades sociais, o agravamento da pobreza historicamente determinada e a responsabilização do trabalhador pelo desemprego. Acrescenta-se, também, a fala de Souza e Barbosa (2021, p.101) ao afirmar que “a relação entre capital e trabalho [...] jamais passou por um investimento em políticas públicas universais de proteção ao trabalho”.

O Brasil foi construído sobre as bases de modernizações conservadoras, sempre de acordo com os novos processos sóciohistóricos nos quais a exploração da força de trabalho era alocada também sobre novos patamares, aprofundando ainda mais as péssimas condições de vida da população (LARA e HILLESHEIM, 2021, p. 69)

O Estado resgata a concepção da “questão social” enquanto caso de polícia, como vê-se nos processos de limpeza da cidade em relação às pessoas em situação de rua, e reage de forma repressora. Ele enfrenta a “questão social” como um processo de criminalização dos pobres. “Além da pandemia, continuamos enfrentando todas as violências anteriores” (SOUZA e BARBOSA, 2021, p. 106). Deste modo, como forma de enfrentamento às expressões, retoma-se a ideia da refilantropização da “questão social”, tendo como protagonistas instituições como o 3º setor, redes filantrópicas religiosas e forjar ações reducionistas com seletivização no atendimento e no acesso à direitos. Lara (2021, p. 37) afirma que “a certeza que já temos é de que a pobreza e a insegurança no emprego para a maioria da população são certas e constantes”, em especial para mulheres que vivem, e passaram a viver, em situação de vulnerabilidade social pós-pandemia.

Para piorar a situação, a pandemia encontrou um dos piores e mais autoritários governos federais da história do Brasil. Autoritarismo, negacionismo, desprezo pelas orientações das organizações e profissionais da saúde estiveram presentes nas ações de Bolsonaro e de seus seguidores desde o início da Covid-19 no País (LARA e HILLESHEIM, 2021, p. 62)

No Brasil, os impactos do coronavírus (Covid-19) aprofundaram a tragédia da classe trabalhadora e da população mais vulnerável, sucedendo o deslocamento de famílias inteiras para as ruas por falta de recursos para manter os aluguéis e sustento da casa. Mulheres passaram a correr maiores riscos de sofrer com explorações sexuais e todos os tipos de violência devido à crise generalizada que a

pandemia propiciou. Nesse sentido, Nothaft e Chaveiro (2021) concluem que os impactos dessas variadas formas de violência sofrida pelas mulheres irão depender dos sistemas de apoio que elas conseguirão acessar, se a vitimada tivesse condições de obter uma rede de atenção qualificada e atenta. Fica evidente a necessidade de uma perspectiva interseccional para possibilitar a compreensão das particularidades das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, “a partir das dinâmicas da desigualdade, evidenciadas no atual contexto de pandemia de Covid-19” (NOTHAFT e CHAVEIRO, 2021, p. 204)

No que se refere ao campo de trabalho, Antunes (2020) expõe que o capitalismo, especialmente o brasileiro, não sobrevive sem o trabalho. Não existe capitalismo sem exploração e, com isso, gera o desespero e ânsia pelo retorno da normalidade laborativa, independente da valorização da vida humana. O que importa para o capital é a produção de riqueza. Segundo ele, “o desespero do capitalismo mundializado (para não falar do brasileiro) reside exatamente neste ponto: sem trabalho não há valorização do capital o que estampa seu traço de autêntico parasita”. Souza e Barbosa (2021, p. 111) endossam a fala de Antunes (2020) dizendo que “a premissa de defesa intransigente do trabalho tem sido a retórica constante da necropolítica que se instaura na perversidade ideológica em que está imerso o alto escalão federal do país”.

Depois de dois anos de pandemia, constata-se que a realidade da população brasileira teve uma mudança radical quando se fala de questão financeira e social. A fome, que foi erradicada no segundo — de 2006 a 2011 — mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, retorna fortemente e assola grande parte do povo, em especial a classe trabalhadora. Desemprego, falta de moradia e fome são os principais fatores que acirraram o crescimento do nível da pobreza no país e recolocando o Brasil no mapa da fome. O país que mais produz alimento, que mais exporta produtos agrícolas retorna ao nível de quase 20 anos atrás. Machado (2021, p. 152) ressalta:

Em 2010, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a partir da Emenda Constitucional nº 64, de 2010, passa a constar entre os direitos sociais constantes na Constituição Brasileira. Assegurar DHAA para todos os seres humanos independente de sexo, classe social, opções políticas, de gênero, de etnia, de religião o que significa assegurar que todas e todos

estejam livres da fome e da má nutrição, e que tenham a possibilidade de acesso à alimentação adequada e saudável.

Diante de toda perspectiva apontada, deve-se pensar os impactos que a crise sanitária e econômica afetam os sistemas de atendimento diante das contrarreformas e reduções de recursos, principalmente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tem-se o aumento na procura por essa política devido às precarizações da vida da classe trabalhadora. Souza e Barbosa (2021, p. 109) citam “esse aumento de demandas se dá num contexto em que há aceleração de desmonte de todas as parcas políticas públicas existentes”.

No que tange o impacto direto à mulher com a crise econômica, Behring e Boschetti (2011, p. 185) ressaltam dados importantes relativos aos rendimentos de mulheres no que se refere à classe e raça, no entanto, deve-se levar em consideração que tais registros podem ter sofrido alterações para mais devido às condições críticas do país no período pandêmico.

[...] a proporção de mulheres que se concentra nas ocupações precárias (61%) é 13% superior à proporção de homens nessa mesma situação (54%). No caso das mulheres negras, essa proporção é de 71%, e 41% delas se concentram nas ocupações mais precárias e desprotegidas do mercado de trabalho. A tendência maior da mão-de-obra feminina ao desemprego é acentuada por variáveis de raça. A mulher negra apresenta uma desvantagem marcante nesse aspecto, com 13,6% de desemprego, em relação aos 10% das mulheres brancas. Essa desvantagem se agudiza no caso das mulheres jovens negras, que apresentam taxas alarmantes de desemprego, de 25%. Além disso, no que se refere ao emprego doméstico, as mulheres negras são maioria. Por essas razões, estas alcançam somente 39% dos rendimentos dos homens brancos.

Deve-se entender que o Estado possui formas de atuação em relação à classe trabalhadora de forma a controlar e oprimir para que haja a manutenção do processo capitalista dependente. Em outras palavras, o Estado atua em favorecimento da classe dominante e em detrimento da classe trabalhadora. Tendo como objeto de manipulação as políticas sociais e formas de proteção social enquanto respostas às expressões da “questão social” que são demandadas em forma de luta e mobilização das massas de forma fragmentada, instável e fragilizada (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). “Repressão e violência são as formas de controlar a insatisfação dos despossuídos, minando o potencial de organização da classe trabalhadora, e principalmente, de controlar o exército de reserva” (SOUZA e BARBOSA, 2021, p. 102).

3. FAMÍLIA, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Pensar o conceito de família é necessário entender seu contexto histórico de formação enquanto provedora inicial e fundamental na constituição de seus indivíduos. Confirmando a fala anterior, Campos, Tilio e Crema (2017) indicam a relevância da família enquanto primeiro momento de socialização e importante no processo de construção e subjetivação dos filhos. “Considerando a importância das relações humanas ao longo do desenvolvimento, é pertinente dizer que a socialização é ferramenta chave na constituição da identidade dos sujeitos” (p. 146). É pensar numa estrutura social “responsável por fornecer qualidade de vida de seus membros” (GOLDANI, 2002 apud MORGADO, 2004, p.10) e que, conforme Zanardo e Valente (2009), deve-se entender que *família* não possui uma definição estática, ela se constrói e se reformula histórica e socialmente.

Com base nas ideias de Lévi-Strauss (1983) e Foucault (2014), Campos, Tilio e Crema (2017) refletem a ideia do autor no contexto de que a família responde aos interesses da sociedade – de modo que garanta o enquadramento de seus membros às normas sociais em vigência – e não à condição humana e, com isso, concebe-se a flexibilização dos modelos familiares construídos socialmente.

A família brasileira se construiu no modelo nuclear burguês tradicional, onde o homem é o provedor e autoridade, enquanto a mulher possui a responsabilidade do cuidado e, essa construção do papel da mulher na família se formalizou com as ideias europeias (MORGADO, 2004). Outrossim, Lewis e Dessen (1999, p. 14) acrescentam que “é preciso conhecer as características demográficas das famílias, além do tempo e envolvimento dos pais com suas crianças”

No entanto, Dessen (2010, p. 204) diz que “não há, no país, um modelo único de organização familiar”. Família não deixa de ser uma instituição social que precisa ser dessacralizada, pois conforme Morgado (2006, p. 2) a família “[...] está atravessada por relações de poder hierarquizadas com base nas dimensões estruturantes da sociedade: classe, gênero e etnia”. E Dessen (2010) aponta a relevante mudança no contexto, funcionamento e estrutura das famílias a partir da segunda metade do século XX. Morgado (2006) ainda indica que, apesar de haver

novos arranjos familiares e ter-se uma pertinente aceitação, o modelo considerado natural permanece o tradicional de família nuclear.

Fazendo uma análise sobre contextos familiares entre os anos de 1950 e 1980, orientando-se na obra de Dessen (2010), nota-se uma mudança de um modelo de família hierárquica herdeira dos anos de 1920 para um modelo familiar mais igualitário. Onde a autoridade paterna dá lugar a uma crise de autoridade dentro da instituição social e passam a obter uma posição de identidade idiossincrática e ainda se modifica de rede extensa para uma rede fragmentada, nuclearizada e privatizada. Lewis e Dessen (1999, p. 14) afirmam que “é preciso conhecer as características demográficas das famílias, além do tempo e envolvimento dos pais com suas crianças”.

Essas mudanças ocorrem devido à redução do número de filhos que, por sua vez, se deu pela entrada das mulheres no mercado de trabalho em decorrência da crise dos anos de 1980 e o surgimento de novos valores no padrão de criação e sociabilidade dos filhos.

Federici (2019, p. 110) agrega o raciocínio sobre a mulher no mercado de trabalho e sua posição na instituição social familiar como “[...] preço que as mulheres pagam por levar a vida como donas de casa em tempo integral, ou pelo fardo de jornada dupla, isto é, o fardo de uma vida construída exclusivamente sobre o trabalho”; sendo este na esfera pública ou na privada com o trabalho reprodutivo.

A partir dos anos de 1990, Dessen (2010) traz informações particularmente importantes no que tange às novas formulações de modelos familiares. Decorrente do aumento do índice de divórcios, aspirações individuais e inserção dos filhos nas decisões familiares. Nesse contexto deve ser levado em consideração as condições socioeconômicas e políticas de cada região do país e, não obstante, a predominância do modelo clássico nuclear. Lewis e Dessen (1999, p. 10) falam que “a maneira como os genitores negociam estes padrões de mudança nos cuidados da criança e nos trabalhos domésticos é crucial para a compreensão dos papéis paternos e maternos”.

Num cenário mais contemporâneo, Stratton (2003, p. 337 apud Dessen, 2010, p. 212) afirma que “a família ainda continua sendo uma instituição forte e de

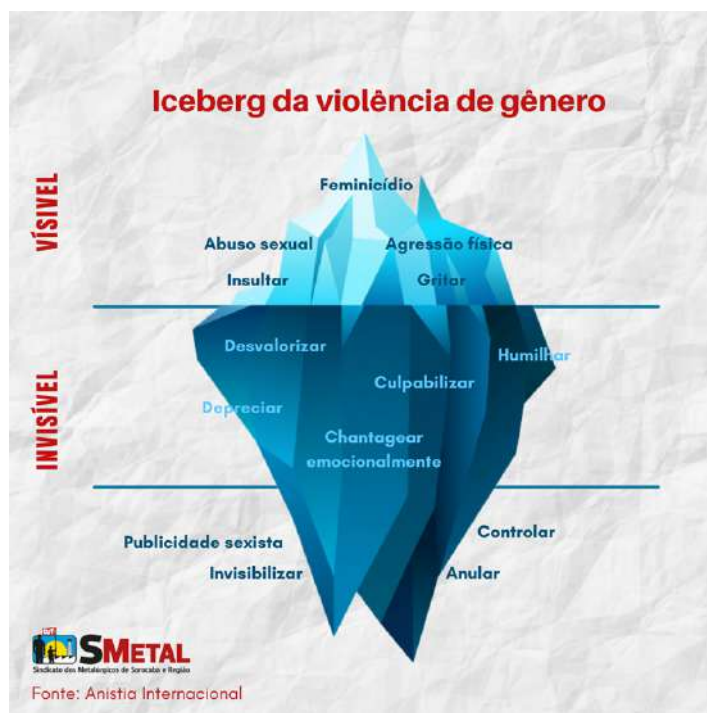
influência, mas um pouco mais complexa e flexível do que as imagens do passado nos levariam a pensar”. Diante do exposto, o Estado e instituições têm se aproveitado da caracterização da família enquanto esfera privada, com a individualização dos problemas e fugindo das responsabilidades com a formulação de políticas públicas voltadas para a família.

3.1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

No que se refere a gênero enquanto uma categoria de análise, além de um processo relacional, pode-se dizer que a construção social do conceito de gênero é uma determinação sócio-histórica da formulação identitária de homens e mulheres (MORGADO, 2006), tendo a mulher como um pilar de sustentação moral e afetiva dessa instituição social e pensar seu lugar configurado à subordinação dentro de uma sociedade patriarcal que privilegia historicamente os homens – e pensar, ainda, qual é o perfil de homens que são privilegiados.

A discussão das relações de gênero possibilita a compreensão sobre o modo como as relações entre homens, mulheres e crianças nas diferentes sociedades, constituem-se em relações hierarquicamente construídas, nas quais as diferenças são transformadas em desigualdades, o que continua permitindo, também a dominação e a exploração no espaço das relações familiares. (MORGADO, 2006, p. 10)

A mulher estando em uma posição de inferioridade em relação ao homem de forma já pré estabelecida socialmente, promove um abismo de desigualdade de gênero em variados fatores sociais que, por sua vez, geram preconceito e, a mulher que foge das expectativas sociais sofre com uma resposta já estruturada em violência de gênero, das manifestações mais simples às mais graves como: diferença salarial, sobrecarga no trabalho reprodutivo e cuidado dos filhos, ocupação em determinados cargos, invisibilização, assédio e violência doméstica. Afirma Morgado (2006, p. 4), “na medida em que a inserção social mais ampla da mulher se dá de forma subordinada, sua inserção na família não poderia fugir a este modelo”.



Historicamente existe um projeto oculto de supervalorização do homem e inferiorização e subalternidade da mulher, com expectativas e funções específicas para o gênero feminino de modo que houvesse um certo controle desses corpos. Reiterando: a insurgência feminina promoveu uma resposta violenta. “À mulher fica designado o lugar de segundo sexo, o que não é completo nem inteiro, mas precisa o homem para existir e se reafirmar” (CAMPOS, TILIO e CREMA, 2017). Nesse sentido, a constituição dos gêneros se faz dentro de um processo histórico assentado em relações de poder e dominação (BEAUVOIR, 1980; BUTLER, 2003; SILVA, 2000 apud CAMPOS, TILIO e CREMA, 2017).

A cultura da masculinidade tóxica hegemônica, raiz do patriarcado formada por um conceito de dominação baseada em punição e recompensa, dentro da sociedade, traz a perspectiva de homens que vivem em processo de reafirmação de sua masculinidade com a competitividade, superioridade, poder e virilidade; e, principalmente, no contexto da pandemia da COVID-19 aflora certas ações, como aponta Zucco e Lisboa (2021, p. 164) “as inseguranças se agravam na medida em que vêem suas ‘masculinidades’ afetadas pelo fato de não estarem produzindo e, muitos, de terem suas atribuições de provedor afetadas”.

A participação dos homens nas masculinidades requer uma reafirmação permanente a ações e gestos que provêm essa participação. Algo que define os homens é a permanente tensão para provar a própria masculinidade. Diferentemente do feminino, que é exposto em seu nível de sexualização, o masculino é exposto no nível de poder e força. Esse olhar para a masculinidade de forma a ser analisado como algo prejudicial para o próprio homem, vê-se que, para eles, é mais prejudicial para si do que prejudicial ao outro que, no caso, é a mulher. Nesse sentido, deve-se enfatizar que o oprimido é quem fala do lugar de violência que sofre de seu opressor. É a mulher quem mais sofre com a masculinidade tóxica hegemônica e seu lugar de fala é minimizado de forma brutal.

Dentro desse contexto, percebe-se que a ideologia do patriarcado e do conceito de *lugar masculino* remete uma fragilidade quando não se atinge determinadas expectativas impostas sobre eles. Desencadeando o aumento do uso de drogas lícitas e ilícitas que, deixando explícito neste escrito a menor intenção de responsabilizar tal consumo, provocam comportamentos reprimidos em sua forma mais agressiva fisicamente.

Deve-se levar em consideração que, nesse processo de masculinidade tóxica e fragilizada, a casa – que deveria ser um local de segurança e acolhimento, passa a ser, dentro de um contexto histórico, um lugar de poder, submissão, controle e ameaças (ZUCCO e LISBOA, 2017). Os autores ainda tratam o homem *agressor* enquanto um *Homem autor de violência* pela ideia de que há um “processo de ciência do exercício da sua masculinidade, dos seus atos, da relação estabelecida com os/as quais convive e dos direitos que envolvem os sujeitos em uma relação afetiva [...]” (p. 163).

As mulheres em situação de violência, sendo considerada uma vítima, passa um sentido de estagnação, no entanto deve-se ter um olhar para que se possa dar a essas mulheres um movimento de saída desse ciclo de violência (ZUCCO e LISBOA, 2017). As relações de violência de gênero no ambiente familiar são expressas de diferentes formas, dentre elas a responsabilidade da mulher no trabalho reprodutivo, cuidando de todos os membros da família e da casa sem qualquer tipo de remuneração; enquanto ao homem lhe cabe única e exclusivamente o *dever* de prover e dar o sustento à família e, enquanto foco do

trabalho, a violência doméstica enquanto expressão mais agressiva da violência de gênero.

A partir desta análise, conclui-se que a violência doméstica está presente em todos os segmentos da sociedade, independente de classe, mas nem todas as mulheres sofrem da mesma forma. Alguns fatores são determinantes para a manutenção – ou rompimento – do ato, como: escolaridade, classe, raça, localidade, idade e até mesmo a maternidade.

Entende-se como fatores de risco para caracterização de possíveis ciclos de violência doméstica dentro dessa cultura de masculinidade a dependência financeira, o ciúme excessivo, casos anteriores de agressão, o acesso às armas de fogo, o isolamento de amigos e familiares e, principalmente, o uso abusivo de álcool e drogas. Com base em Medeiros (2011), a luta do movimento feminista ajudou no processo de desconsideração da violência doméstica contra a mulher como algo privado e naturalizado, passando a ser visível para o Estado e para a sociedade enquanto um problema social e político. Também considera que a violência sofrida pela mulher é “a expressão mais cruel da desigualdade de gênero” (ibidem, p. 11).

Se entender enquanto vítima e entender que as agressões que sofre são violências depende de um processo de autoconhecimento e saúde mental. Em muitos casos a mulher só se percebe no problema quando sofre a violência física, mas ignora todos os outros tipos de violência previstas na Lei Maria da Penha em seu art. 7º: violência psicológica, moral, sexual, patrimonial e física. E, nesse sentido, acaba por ocorrer uma busca por ajuda institucional somente quando a vítima é agredida fisicamente — não deixando de salientar que, com a ampla divulgação e campanhas sobre os tipos de violência doméstica, mulheres têm denunciado mais seus agressores independentemente de violência física. No que se refere a questão da libertação do ciclo da violência, Andréa (2010, apud Medeiros 2011, p. 11) aponta que “as mulheres só podem se libertar se elas tiverem essa reflexão feminista, sobre si mesmas, sobre quem eu sou e ao que vim ao mundo”.

Diante da luta pelos direitos das mulheres em relação à violência contra elas sofridas, as Leis Maria da Penha, do Feminicídio e da Importunação sexual não parecem ser tão efetivas como deveriam, “o que vemos na prática é uma dotação

orçamentário insuficiente para torná-las realmente efetivas, além do crescente número de agressões, estupros e feminicídios registrados” (FUCHS et al, 2021, p. 179)

Morgado (2006, p. 2, grifo nosso) elucida que a “violência contra a mulher é um fenômeno social grave, que traz inúmeras consequências físicas e psicológicas para as vítimas e também para as crianças e adolescentes que a presenciam”.

No que tange o processo de violência doméstica em seu grau mais elevado, o feminicídio abarca tanto as expressões da violência de gênero quanto a mais profunda ação de violência doméstica. Segundo o Dossiê do feminicídio apresentado pelo Instituto Patrícia Galvão,

É importante destacar que uma condição não exclui a outra – ou seja, um mesmo feminicídio pode ser enquadrado legalmente como uma violência doméstica e familiar, objetivamente, e conter evidências de menosprezo à condição de mulher (mutilação de órgãos associados ao feminino ou violência sexual, por exemplo).

E, nesse sentido, deve-se analisar que o assassinato é o desfecho de um histórico de violência e, com isso, o feminicídio é um tipo de morte evitável, visto que não ocorreria caso não houvesse a cultura da discriminação e violência contra a mulher. Em muitos casos, há uma agravante fundamental que seria o sentimento de posse dessas mulheres. E ainda pode-se problematizar que é responsabilidade do Estado, por ação ou omissão, compactuar com esse ciclo. “O sentimento de propriedade, a impunidade e a ausência de políticas públicas atuam, dentre outros, como alicerces de manutenção desta violência” (MORGADO, 2006, p. 24).

3.2. MUDANÇAS NO MECANISMO DE VIOLÊNCIA FAMILIAR E DOMÉSTICA NA PANDEMIA DO COVID-19

No contexto de pandemia a mulher vivenciou um período de grande vulnerabilidade, tanto social quanto econômica e, principalmente, um aumento expressivo de vários tipos de violência doméstica, dentre elas a violência psicológica, que muitas não conseguem considerar e compreender como uma

violência mas que deve-se sim denunciar e haver a conscientização por parte do Estado de que esse tipo de violência também é caracterizada como crime de violência doméstica e não uma característica da masculinidade enquanto *natureza masculina*. Nesse sentido, Barros (2021, p. 14) explicita que “há um espectro de violência que atinge as mulheres de forma diferenciada, por ocuparem diferentes posições sociais”. Ainda cita a importância da interseccionalidade na análise dos casos de violência doméstica, “explorar o impacto da violência em consideração aos marcadores econômicos, racial, de idade e educacional” (ibidem).

O Brasil foi um dos principais países da América Latina no qual a violência doméstica foi a mais sofrida pelas mulheres na pandemia, juntamente à Colômbia e Argentina. E, além disso, notou-se uma percepção de uma maior dificuldade nas denúncias nesse período de isolamento social. Juntamente com mudanças nas dinâmicas de notificação e aumento dos casos de feminicídio em certos estados brasileiros (BARROS, 2021; NOTHAFT e CHAVEIRO, 2021)

Barbosa et al (2020) trás uma problemática importante sobre a questão da violência doméstica ter se desenvolvido a partir do período de isolamento social, o que seria irreal, pois leva-se em consideração todo um horizonte sócio-histórico de ciclos de violência contra a mulher. “O isolamento social não afeta somente a incidência das violências, mas também suas possibilidades de enfrentamento” (NOTHAFT e CHAVEIRO, 2021, p. 196). Nesse sentido é importante enfatizar que com a pandemia, segundo a ONU Mulheres (2020d) apud Barbosa et al (2020, p. 4),

Mulheres sobreviventes da violência também podem enfrentar obstáculos adicionais para fugir de situações violentas ou acessar ordens e serviços essenciais de proteção para salvar suas vidas, devido a fatores como cortes orçamentários e restrições ao movimento em quarentena.

Dentro dessa perspectiva, os fatores de risco na pandemia como o desemprego, afastamento de familiares e colegas de trabalho, crise econômica, consumo maior de drogas e álcool, o aumento das tensões dentro do ambiente familiar, o aumento exorbitante de trabalho para as mulheres, a insegurança alimentar devido à crise econômica que surgiu junto à pandemia e aprofundou cada vez mais a desigualdade social, mais tempo em casa e possibilidade reduzida de pedir ajuda, acabam por provocar uma queda nas denúncias e, pedidos de ajuda

pelos canais de teleatendimento como o 180 não são convertidos em medidas de proteção ou inquéritos policiais, dificultando cada vez mais o processo de denúncia no período de isolamento.

Demandas mais graves são as que mais chegam, no entanto, o aumento do feminicídio se tornou crítico. Fuchs et al (2021, p. 181) cita que “a moradia, que passa a ser incentivada como local mais seguro no combate à disseminação do coronavírus, acaba sendo para muitas mulheres o lugar de maior exposição à violência e ameaça à vida”.

Dito isso, nota-se a fragilidade nas ações de políticas públicas para o atendimento dessas mulheres em situação de violência dentro de um período crítico de crise sanitária e isolamento social obrigatório. “O contexto da pandemia intensificou desigualdades, relações de opressão e problemas sociais, como a violência contra as mulheres, revelando, assim, o lugar ambíguo do isolamento social enquanto medida de proteção” (FUCHS et al, 2021, p. 176).

[...] é evidente o quanto o contexto da pandemia expõe as fragilidades na rede de serviços para mulheres vítimas de violência, resultado da precarização e falta de investimento e interesse públicos. Mais evidente ainda é a urgência na efetividade de ações e serviços que possam garantir proteção a essas mulheres e ter sua continuidade assegurada após o período de isolamento social (FUCHS et al, 2021, p. 192, grifo nosso)

Pensando em dados estatísticos, conforme o ISP², entre os períodos de março de 2020 e fevereiro de 2021, os casos de violência física subiram para 64,1% em relação ao ano de 2019, que apresentava 60,1%; e a violência sexual subiu de 57,7% (2019) para 65,6%. Pensando no Estado do Rio de Janeiro, as localidades que mais apresentaram aumento de casos foram: 1º) Cidade de Deus – 32º DP; 2º) Austin – 58º DP e; 3º) Campo Grande – 35º DP.

O aumento das situações de violência, a diminuição da renda, desemprego e restrição do acesso aos serviços e canais de denúncia torna o período de isolamento social particularmente delicado para essas mulheres, em um contexto de conflito intensificados pelas inseguranças financeira e sanitária. (FUCHS et al, 2021, p. 180)

Ainda, com o aumento de casos de violência, houve uma queda no número de subnotificações que podem estar relacionados à dificuldade dessas

² Fonte: Agência Brasil

mulheres em fazer uma denuncia pois está isolada 24 horas por dia com seu agressor, sendo controlada e sem nenhuma possibilidade de pedir socorro; muitas vezes essas mulheres não conseguem encontrar ajuda sequer na própria família (MORGADO, 2006).

Tem-se, ainda, propostas já estabelecidas pela Lei Maria da Penha, com base em Morgado (2006, p. 15), que seriam direcionadas à “propiciar a intervenção qualificada de profissionais com respaldo jurídico, como forma efetiva de oferecer suporte à estruturação de estratégias, para além do campo jurídico, que enfrentem fenômeno”. E a autora ainda ressalta que o “o enfrentamento ao fenômeno de violência deve ser compreendido em uma perspectiva histórica, demandando um permanente processo de mobilização e articulação que resulte em diferentes proposições” (p. 14).

4. OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO CENTRO DE DEFESA DA VIDA EM 2020

4.1. O CDVIDA E UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO TERRITORIAL

O Centro de Defesa da Vida Irmã Edwiges Rossi - CDVida, é uma Obra Social da Ação Social Paulo VI/ASPAS, da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro. Conforme o Plano de Estágio de 2020, pode-se dizer que a instituição tem como objetivo principal a prevenção e enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher, oferecendo atendimento social especializado e orientando mulheres em situação de violência para que acessem seus direitos. Além disso, fomenta a autonomia feminina capacitando mulheres empreendedoras, realiza a prevenção da violência contra a mulher e viabiliza a articulação política para conquista e concretização de direitos da mulher duque caxiense.

O CDVida tem como política social setorial, a Assistência Social (Proteção Social Especial/Média Complexidade), inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social de Duque de Caxias (CMAS-DC), fundamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As atividades do CDVida são pautadas ainda na Lei Maria da Penha (11.340/06); na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. E, outras pertinentes a temática.

Vale ressaltar que, segundo o Plano de Estágio de 2020, a instituição é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que presta serviço gratuito e sobrevive de financiamentos externos, feitos através da captação de recursos, sendo a MISEREOR, uma Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha, sua maior financiadora. Ainda, a obra social é um projeto de prevenção pioneiro na região da Baixada Fluminense e a atuação interdisciplinar de sua equipe

profissional, composta por assistentes sociais e psicólogas, têm contribuído para a denúncia e visibilidade das questões que envolvem a violência de gênero, doméstica, familiar e social contra a mulher (CDVida, 2022). O trabalho se insere nas comunidades e busca agir diretamente na prevenção, defesa e garantia de direitos, na geração de renda e articulação com instituições e movimentos sociais no sentido de pressionar o Estado a criação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Sendo assim, o CDVida desenvolve ações e atividades a partir de três eixos de atuação (CDVida, 2022). O primeiro eixo é o de prevenção, que engloba o enfrentamento a violência doméstica e familiar por meio de dois projetos, o projeto vida e o projeto geração de trabalho e renda. O projeto vida presume o acolhimento, atendimento interdisciplinar, encaminhamento e monitoramento das mulheres em situação de violência de gênero, doméstica e familiar, sendo realizado por profissionais do Serviço Social e da Psicologia. Já o projeto geração de trabalho e renda tem como objetivo fornecer capacitação às usuárias, para que elas possam contribuir com a renda familiar ou garantir seu sustento, bem como o de suas famílias, através de oficinas³, além de prestar assessoria ao Fórum Municipal de Economia Solidária (CDVida, 2022).

O segundo eixo é o de formação política, que tem como objetivo atuar na prevenção, denúncia e visibilidade das questões que envolvem a violência contra a mulher, esse eixo pressupõe a realização de palestras, rodas de conversa, cursos e seminários em instituições governamentais e não governamentais.

O último eixo é o de articulação política, que visa proporcionar às mulheres atendidas e à equipe profissional participação em espaço de controle social, atuando na proposição e efetivação de políticas públicas para mulheres no Município de Duque de Caxias, em articulação/parceria com a rede de enfrentamento e atendimento à mulher, através de fóruns e do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres, que contam com a participação de usuárias e profissionais da instituição.

³ O CDVida oferece oficinas de artesanato, costura, confeitaria etc. As vagas abrem de acordo com as demandas e solicitações das usuárias.

O Centro de Defesa da Vida está localizado na cidade de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Rio de Janeiro e isso se deve principalmente ao fato de ser o local onde está inserido um dos mais importantes polos de gás-químico do país, a Refinaria Duque de Caxias – REDUC. É grande também a quantidade de indústrias e estabelecimentos comerciais, segundo a Secretaria estadual de Fazenda, a cidade tem a segunda maior arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado, atrás apenas da cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, o município, à revelia do seu crescimento econômico, permanece apresentando uma pequena evolução das condições sociais e econômicas de seus moradores. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Duque de Caxias, calculado com base na taxa de alfabetização, expectativa de vida e renda familiar é de 0,711, ocupando a 49ª posição dentro dos 92 Municípios do estado do Rio de Janeiro, de acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE, com base no censo de 2010. Segundo Simões (2007) o município era o segundo território com mais favelas do estado.

A localização do município, o mais próximo do Rio de Janeiro, e grande “disponibilidade” de terras “ocupáveis” com as áreas públicas nas margens da Baía de Guanabara, favorecem a ocupação por todo o município. (SIMÕES, 2007, p. 228)

A partir disso, pode-se verificar o tamanho das desigualdades em Duque de Caxias, considerando o fato de possuir um PIB elevado e um IDH relativamente baixo. Isso mostra que o crescimento do setor produtivo não implica em atender as necessidades dos moradores da cidade. Marx (2011) na chamada “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, explicita que as desigualdades sociais crescem proporcionalmente a capacidade social de acúmulo de riquezas. Ou seja, a acumulação do capital, representada aqui pelo valor do PIB municipal, além de não satisfazer as demandas da população de Duque de Caxias, pode gerar um aumento nas desigualdades.

A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância,

brutalização e degradação moral no pólo oposto [...] (MARX apud NETTO e BRAZ, 2011, p. 148).

A cidade de Duque de Caxias é considerada a mais populosa da Baixada Fluminense e a terceira mais populosa do Estado, composta por quatro distritos, sendo: 1º Duque de Caxias, 2º Campos Elíseos, 3º Imbariê e 4º Xerém. De acordo com o último censo realizado pelo IBGE em 2010, 52% da população do município é composta por mulheres. É importante destacar que as mulheres são as que mais sofrem com a desigualdade social, principalmente por conta dos privilégios que foram dados historicamente para os homens.⁴

As desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres se expressam também nos dados referentes à violência. Em 2019, o município de Duque de Caxias foi o município com maior registro de violência doméstica no Estado, somando 1.073 casos, segundo o Poder Judiciário do Rio de Janeiro (PJRJ). Já em 2020, o monitoramento realizado pelo ISP aponta as áreas com maiores quantidades de registros de crimes contra mulher em todo o estado, sendo a 59ª DP de Duque de Caxias a segunda delegacia que mais registrou estupros neste ano (106 vítimas), perdendo apenas para a 35ª DP de Campo Grande (115 vítimas).

Comparado a outros municípios da Baixada Fluminense, Duque de Caxias é o local com o maior número de instituições que visam o enfrentamento da violência doméstica. A cidade conta com dois Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM), o CEAM Ildacilde Do Prado Lameu e o CEAM Vera Lúcia Pereira, um localizado no 2º distrito e outro no 1º distrito, respectivamente. Conta também com uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, o Centro de Referência do Homem e a Patrulha Maria da Penha da Guarda Municipal de Duque De Caxias.

Os municípios vizinhos como Belford Roxo e São João de Meriti, de acordo com a cartilha divulgada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), possuem apenas dois Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM) e uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), juntos, para realizar o atendimento às mulheres em situação de violência.

⁴ Como já havia sido mencionado no capítulo anterior com base na análise de Morgado (2006).

Ainda que Duque de Caxias possua equipamentos para atender às mulheres vítimas de violência doméstica, faz-se necessário o questionamento: onde estão localizados esses equipamentos? Há uma maior centralização de serviços que podem ser acessados pelas mulheres no Centro do município, inserido no 1º distrito, sendo eles: o Departamento dos Direitos da Mulher, o CEAM, o 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, a Sede da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e a DEAM. Além disso, é possível observar a concentração de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada na Assistência Social (CREAS) e Conselhos Tutelares nesta região.

Isso mostra que os níveis de qualidade de vida das mulheres que não vivem no 1º distrito do município, principalmente nos distritos de Imbariê (3º) e Xerém (4º), são inferiores, visto que há um processo de segregação referente aos que residem mais afastados do centro, uma vez que “o poder público realiza um atendimento seletivo e diferenciado que privilegia a área central, o que é facilmente perceptível na paisagem urbana do município” (SIMÕES, 2007, p. 232).

Segundo o Perfil Socioeconômico de 2020 do CDVida, 80% das usuárias são residentes da cidade de Duque de Caxias e por mais que a instituição fique localizada no 1º distrito, mulheres de outros distritos da cidade também são atendidas. Logo, a escassez de trabalhos oferecidos em outras localidades também afeta a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

Além do mais, cabe ressaltar que há um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Duque de Caxias (PMPM) e a Lei Municipal nº 2.764 de 4 de abril de 2016, que, em resumo, falam sobre “constituir Duque de Caxias como uma Cidade no Feminino”. Para isso, o plano propõe diretrizes sobre instituir políticas para um atendimento humanizado para mulheres em situação de violência, para a redução da desigualdade e das discriminações de gênero dentro das áreas de educação e cultura contra racismo, sexismo, lesbofobia e intolerância religiosa.

O PMPM, que está vigente desde 2015 e vai até 2025, também fala sobre implantar a política municipal de atenção integral à saúde da mulher de Duque de

Caxias, promover políticas de trabalho para a autonomia financeira das mulheres e garantir a participação igualitária das mulheres nos espaços de decisões políticas.

No entanto, durante o tempo de estágio realizado no Centro de Defesa da Vida, algumas questões puderam ser observadas. Como exemplo, o acesso ao trabalho é uma das grandes demandas do município e, na prática, não há iniciativas do poder público tendo como foco possibilidades para a empregabilidade e a geração de renda das mulheres, uma vez que para isso, faz-se necessário outros equipamentos públicos, como creches em número suficiente para que as mulheres possam deixar seus filhos e trabalhar.

A cidade de Duque de Caxias possui, de acordo com o censo do IBGE de 2010, cerca de 443.974 habitantes do sexo feminino, mas conta com apenas 33 creches municipais (QEdu, 2022). Como comparação, vale ressaltar a cidade de Niterói, que detém o maior IDH do Estado do Rio de Janeiro e conta com 261.724 habitantes do sexo feminino (IBGE, 2010), e mesmo com uma população feminina menor, ainda possui 45 creches municipais (QEdu, 2022).

Por fim, garantir uma vaga de emprego não é sinônimo de autonomia financeira, uma vez que apenas um salário mínimo não é capaz de atender as necessidades de uma família e fazer com que as mulheres saiam de casa e não dependam mais do dinheiro de seu agressor. Assim sendo, pode-se perceber, baseando-se em Boschetti (2009), que o plano municipal de políticas não é abrangente já que não alcança o universo a que a política se destina.

4.2. A RELAÇÃO DO CDVIDA COM A RELIGIÃO

Como já foi mencionado anteriormente, o Centro de Defesa da Vida é uma Obra Social da Ação Social Paulo VI/ASPAS, que é um órgão da Diocese de Duque de Caxias e de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, juridicamente responsável pelas ações sociais da Igreja, comandada por padres Franciscanos. A instituição nasceu em 1988 através de duas Irmãs Catequistas Franciscanas e também assistentes sociais, devido a percepção de que, segundo documentos do

CDVida, havia uma ausência do poder público para atender as demandas de violência doméstica, e como conhecedoras da dimensão da questão de gênero e da libertação da mulher, elas tomaram a iniciativa e conquistaram o apoio de Dom Mauro Morelli, Bispo da Diocese na época.

Outro fator importante para o desenvolvimento da obra social, citado nos documentos da instituição, é que existia uma constante busca de auxílio das vítimas de violência na Igreja, principalmente nos diálogos com os padres. Com a realização do Perfil Socioeconômico de 2020, foi constatado que 35% das mulheres atendidas se consideram evangélicas e 32% católicas. Logo, pode-se dizer que grande parte do público do CDVida é composto por mulheres que declararam ter religião, mas não se pode afirmar que sejam praticantes.

Após observar e conhecer a história da instituição, vale ressaltar que existem alguns motivos que fazem com que o público do CDVida tenha essa composição. Um deles é a localização do prédio onde a instituição está inserida, que é anexo à Igreja Católica de Santo Antônio, em Duque de Caxias. Isso faz com que os frequentadores da igreja compartilhem entre si os serviços ali ofertados. Segundo relatos da supervisora de campo, a atuação da Obra Social é vista como uma extensão da missão da Igreja.

Assim como em qualquer entidade, o CDVida possui uma hierarquia institucional. Desse modo, a instituição é composta por uma diretoria que contém uma presidente, um vice-presidente, uma tesoureira, uma secretária e um profissional de relações públicas. Já o quadro de funcionários é composto por duas assistentes sociais, uma psicóloga e uma auxiliar administrativa. Logo, uma observação importante é a de que tanto as profissionais que compõem o quadro de funcionários da Obra Social quanto os membros da diretoria, são frequentadores da igreja de Santo Antônio, sendo a presidente uma Irmã Franciscana, que atua como figura religiosa importante na comunidade.

As Ordens Religiosas tiveram funções determinantes no processo de formação da sociedade brasileira no período colonial. Os franciscanos chegaram ao Brasil e tiveram papéis fundamentais, dentre eles, o de catequizar os índios. De acordo com Saviani (2013, p.39), “a colonização do Brasil contou com a contribuição

imprescindível das ordens religiosas. Pode-se considerar que os primeiros evangelizadores do Brasil foram os franciscanos”.

As organizações franciscanas possuem forte presença na educação do Brasil, através das escolas católicas. Todavia, há também uma presença forte nas organizações do terceiro setor, como as ONGs, visto que de acordo com Simões (2005) “a ação de assistir àqueles que estão em necessidade e vulnerabilidade é uma ação humanitária endossada por praticamente todas as religiões, incluindo, evidentemente, as cristãs.” No caso do CDVida, sua missão é:

[...] contribuir na prevenção, valorização, defesa e garantia dos direitos humanos, na geração de trabalho e renda a partir das mulheres em situação e/ ou vítimas de violência de gênero, doméstica, familiar e social, fomentando uma cultura de não violência e colaborando na discussão e proposição de políticas públicas, voltadas para o enfrentamento aos tipos de violência. (CDVida, 2022)

Além disso, sendo uma organização sem fins lucrativos, o CDVida sobrevive através da captação de recursos. A instituição já pôde contar com recursos vindos do Instituto Avon, Cáritas Brasileira, do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), entre outros. No entanto, a principal fonte de recursos da Obra Social, que financia suas ações desde a sua fundação em 1998, incluindo a remuneração das profissionais, é a instituição Católica alemã MISEREOR, que de acordo com seu site:

É uma Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de MISEREOR dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo. (MISEREOR, 2022)

Contudo, apesar da forte ligação da ONG com a igreja católica, a atuação do Serviço Social na instituição não é afetada, visto que as profissionais possuem uma atuação crítica, baseando-se conforme os princípios fundamentais definidos no Código de Ética (1993). Um dos pontos mais importantes da análise de qualquer instituição é sua relação com o Projeto Ético-Político da profissão. Segundo José Paulo Netto, no texto “A construção do Projeto-Ético Político do Serviço Social” (2001):

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a

ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. (NETTO, 2001, p.16)

No Centro de Defesa da Vida é possível identificar facilmente uma prática condizente com a teoria da dimensão política: busca-se, por meio da política setorial da Assistência Social, o enfrentamento a violência de gênero, contribuindo para a valorização e defesa da vida, o que amplia e consolida a garantia de direitos das mulheres, gerando equidade e justiça social através da luta pela garantia de programas de geração de renda e articulação com instituições e movimentos sociais que pressionam o Estado a criar e implementar políticas públicas.

Por mais que a instituição seja focada na assistência social, não possui nenhum tipo de vínculo com o governo, principalmente no que se refere ao repasse de verbas. As palestras administradas pelas assistentes sociais da instituição não podem ser desvinculadas da lógica da manutenção da força de trabalho por meio das políticas sociais, elas são cruciais para fortalecer a visão das mulheres que em momentos de vulnerabilidade, ficam sem emprego e com isso, acabam se tornando inútil para o capital, Marx mesmo afirma que “não é o operário quem compra meios de subsistência e meios de produção, mas os meios de subsistência compram o operário para incorporá-lo aos meios de produção” (Marx, 1979, p.36).

A atuação profissional do Serviço Social da instituição busca reduzir ao máximo as mazelas causadas pelo capitalismo e é válido darmos ênfase que o machismo (e/ou misoginia), responsável pela violência de gênero, possui relação direta com o mesmo, já que o capitalismo se apropria do machismo para se estruturar. Forti e Guerra (2009, p. 9) pontuam que:

É imprescindível uma compreensão da realidade social que viabilize uma atuação profissional responsável e consequente. Daí porque é necessária uma visão dos processos sociais como totalidades que se compõem de vários aspectos e âmbitos e que apresentam diferentes níveis de complexidade.

Desse modo, é preciso enxergar o problema da violência de gênero de uma forma macro e entender que sua estrutura está para além de uma resolução imediata. Segundo Coelho (2011, p. 289),

Outro aspecto relevante averiguado nas análises que descrevem a prática profissional na perspectiva histórico-crítica é o esforço realizado para se estabelecer a correlação entre as demandas institucionais, as demandas

advindas das demandas reais da classe trabalhadora e as demandas da própria profissão. Quando essa correlação é estabelecida, vislumbra-se o cotidiano profissional nos espaços sócio-ocupacionais e se revela na rotina diária, que as demandas sociais ultrapassam a capacidade de resposta das instituições e as condicionalidades que se interpõem ao trabalho do Assistente Social.

Contudo, no que tange a prática profissional, podemos notar que a mesma é totalmente influenciada por questões histórico-culturais, cabendo às assistentes sociais nortear sua atuação a partir da síntese das múltiplas determinações que perpassam a realidade da mulher na sociedade, o que é feito no Centro de Defesa da Vida, assim como analisa Guerra (2012, p. 39):

Parte-se do pressuposto de que o exercício profissional do assistente social recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se auto-implicam, se auto-explicam e se determinam entre si.

É válido ressaltar que a assistência social nasce de uma aliança entre o governo, igreja católica e a burguesia, que tinha como maior objetivo o controle da população. O Estado sempre colocou assistência social no campo da solidariedade, filantropia, caridade, nunca reconhecendo-a como uma política de direito, no qual ficou por muito tempo sendo mantida pela iniciativa privada, e com isso, evitando a responsabilidade com a política, sem a necessidade de se ter um orçamento próprio, dando a assistência somente as sobras, sendo o seu maior objetivo a manutenção do capitalismo.

Logo, é notório que existam muitas dificuldades e empecilhos para que essa política de fato seja encarada como um direito, fugindo do clientelismo, caridade ou ajuda. É imprescindível reconhecer que a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) avançou em muitos aspectos, trazendo uma nova perspectiva para esse campo da Assistência.

Inegavelmente, a LOAS não apenas introduz um novo significado para assistência social, diferenciando-a do assistencialismo e situando-a como política de Seguridade voltada à extensão da cidadania social dois setores mais vulnerabilizados da população brasileira, mas também aponta a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acesso a serviços sociais qualificados, ao mesmo tempo em que propõe o sistema descentralizador e participativo na gestão da assistência social no país, sob a égide da democracia e da cidadania. (Couto, 2006 *apud* Yazbek, 1997:9)

Para o entendimento do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) de maneira crítica e dialética, é necessário a compreensão de seus avanços e retrocessos, não apenas restringindo-o nas práticas imediatistas mas na observância da essência que se manifesta na viabilização ou não do acesso aos direitos na conjuntura municipal e nacional. Uma outra tendência de abordagem na área da assistência é a psicologização dos atendimentos e o moralismo proveniente de uma perspectiva religiosa, além das atividades predominantes dos programas de transferência de renda como imediatistas e compensatórios, limitando a atuação profissional a práticas pragmáticas e um não incentivo aos usuários a uma participação no controle social.

Mesmo sendo uma organização vinculada a uma entidade católica, a prática profissional do assistente social é livre de julgamentos e possui um viés de formação política, incentivando a participação das usuárias no controle social. Além disso, a instituição está inserida dentro da Proteção Especial, conforme divisão do SUAS, a Proteção Social Especial/Média Complexidade, trabalha com a organização e oferta de serviços especializados para a superação de situações de risco pessoal e social ocorridos por meio das violações de direitos.

A PSE, por meio de programas, projetos e serviços especializados de caráter continuado, promove a potencialização de recursos para a superação e prevenção do agravamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, dentre outras (BRASIL, 2011, p. 18)

No entanto, é possível analisar que o assistente social possui uma liberdade relativa, uma vez que sua atuação é apenas mediante a venda da sua força de trabalho, não podendo atuar de maneira autônoma. Assim endossa Iamamoto (2011, p. 97):

Ora, ao vender sua força de trabalho em troca do salário (valor de troca dessa mercadoria), o/a profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do/a assistente social deve submeter-se às exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do/a profissional na condução de suas ações. O/a assistente social preserva uma relativa independência na

definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre sua atividade distinto daquela a que é submetido, por exemplo, um operário na linha de produção.

Portanto, os profissionais em determinadas situações têm que acatar requisições das instituições dependendo das relações de força, pois muitas vezes o objeto de trabalho da instituição é diferente do objeto do Serviço Social.

Pode-se dizer que no CDVida os profissionais possuem alguns cuidados acerca de termos polêmicos na visão da igreja católica, como não mencionar no âmbito religioso assuntos como orientação sexual e de gênero. Isso pode ser refletido no Perfil Socioeconômico da instituição de 2020, onde a grande maioria das usuárias são do sexo (99,2%) e gênero feminino (95,9%). Ainda de acordo com o Perfil Socioeconômico, vale ressaltar que as mulheres que utilizam os serviços da instituição são majoritariamente heterossexuais, cerca de 84%.

Dito isso, podemos supor que algumas assistidas omitem sua verdadeira orientação sexual, pelo vínculo do CDVida à diocese de Duque de Caxias, enquanto Obra Social, podendo gerar constrangimentos a declarações consideradas como não tradicionais aos padrões impostos pela sociedade, juntamente com uma não apreensão de que o trabalho da instituição é fundamentado na defesa dos direitos humanos e no Código de Ética Profissional, portanto, não aliada a julgamentos e discriminações.

Além do mais, temáticas como aborto são pouco mencionadas em palestras e rodas de conversa. Isso não quer dizer que as profissionais de Serviço Social da instituição não façam um trabalho crítico, apenas se utilizam de estratégias para alcançar seu objetivo, que é o enfrentamento à violência contra a mulher e o rompimento do ciclo da violência.

4.3. OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO CDVIDA EM 2020

Durante o período de estágio, foi observado que o atendimento no CDVida pode acontecer por meio de buscas espontâneas que chegam através de

mulheres que comparecem à instituição ou por meio do acolhimento de mulheres encaminhadas pelo Fórum Municipal dos Direitos da Mulher e também por Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher. Ao chegarem no local de atendimento, suas demandas são identificadas e encaminhadas ao atendimento necessário, podendo ser social ou psicológico.

As assistentes sociais trabalham realizando atendimentos e são as que recebem as mulheres em situação de violência para fazer a avaliação dos casos. A Obra Social também realiza oficinas e grupos terapêuticos, isso faz com que grupos organizados por identidades se reúnam, ou seja, mulheres que possuem vivências semelhantes conseguem encontrar no CDVida um espaço para reflexão e acolhimento.

Com o início da pandemia do COVID-19, tanto os atendimentos como as palestras, oficinas e grupos terapêuticos passaram a ser online, para que fosse preservada a saúde das assistidas e das profissionais. Contudo, por se tratar de mulheres em extrema vulnerabilidade e muitas vezes correndo risco de vida, fez-se necessário a implementação de atendimentos emergenciais, que foram realizados de modo presencial na instituição.

A pandemia forçou não só a alteração da dinâmica cujo a qual a instituição estava habituada, mas também seus serviços ofertados. Desde o momento de sua fundação até 2019, o CDVida nunca havia trabalhado com a distribuição de cestas básicas, mas diante do novo contexto posto, fez-se necessário a implementação de projetos para arrecadação de alimentos e captação de recursos para atender as necessidades das mulheres que são assistidas pela Obra Social.

É importante destacar que o CDVida nunca atuou em caráter assistencialista, todavia, tornou-se urgente ações de emergência, por mais que o Estado ofereça auxílios emergenciais, ele não contempla as necessidades das usuárias. Conforme a experiência no campo de estágio, foi observado que algumas mulheres não conseguiram acessar o auxílio emergencial por diversos fatores, inclusive por falta de documentação e por estarem com o auxílio vinculado ao atual ou ex-parceiro.

Por isso, dada a necessidade de alimentação das mulheres e suas famílias, a instituição promoveu ações, campanhas de arrecadação de alimentos nas redes

sociais e parcerias com outras entidades, como o projeto “Ação da Cidadania”, desde o início da pandemia de Coronavírus. Netto (2014, p. 29), diz que:

A persistência do assistencialismo tem múltiplas causas e motivos, que envolvem tradicionais valores ético-religiosos, interesses econômicos e ideopolíticos, tanto mais acentuada quanto mais as expressões da “questão social” se ampliam e se agudizam.

A política de assistência social oferta serviços e benefícios de caráter universal, visando sempre garantir a proteção para diversos grupos vulneráveis, sendo um pilar central na proteção social (LOAS, 1993). É importante não confundir assistência social com assistencialismo, as ações pontuais e fragmentadas. Diante da realidade de Covid-19, as provisões das políticas sociais, se mostram cada vez mais essenciais, os assistentes sociais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são responsáveis por assegurar atenção aos mais vulneráveis, destacando as usuárias que não possuem nenhum tipo de condições básicas para sua sobrevivência cotidiana.

Quanto menos se investe em serviços especializados mais a assistência social acaba tendo que dar conta da violência doméstica e familiar, juntamente com todas as demais demandas, sem, na maioria das vezes, o correspondente aumento de profissionais e estrutura (NOTHAFT e CHAVEIRO, 2021, p. 198-199)

A pandemia de COVID-19 chega ao Brasil no ano de 2020. Ao final deste ano, foi elaborado no CDVida o Perfil Socioeconômico, documento feito através das coletas de informações realizadas pelo banco de dados da Instituição, fichas de cadastro e relatórios de atendimentos, preenchidos majoritariamente pela equipe de assistentes sociais, em seu primeiro contato com as mulheres atendidas. A partir deste documento, pôde ser observado um aumento significativo da vulnerabilidade social entre as assistidas da instituição.

De acordo com o banco de dados da instituição, no ano de 2019, 5% das mulheres atendidas se encontrava em situação de vulnerabilidade social, já em 2020, ano em que a pandemia de COVID-19 assolou o país, esse número aumentou consideravelmente, indo para 52%, o que acabou gerando as novas ações dentro do CDVida. Além do mais, houve também um aumento no número de mulheres atendidas, em 2019 a instituição prestou atendimento para 100 mulheres o ano todo, em 2020, o número subiu para 119.

Dentre os dados presentes no Perfil Socioeconômico de 2020, vale destacar que 46% das mulheres atendidas se autodeclaram pardas e 28% pretas, totalizando em 74% de mulheres negras atendidas pela instituição, 5% a mais que no ano de 2019. Isso nos mostra que o impacto causado no Brasil devido a pandemia foi muito maior nas pessoas que vivem na pobreza do que os ricos e teve impactos particularmente graves sobre mulheres, principalmente negras, povos indígenas e comunidades historicamente marginalizadas (ROSO, 2020).

Outro fator importante para a reflexão aqui proposta, é considerar que violência contra a mulher assume maneiras distintas, incluindo a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, como consta na Lei Maria da Penha.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, a violência física é: “qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”; a violência psicológica é: “qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento”; a violência sexual é: “qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força”; a violência patrimonial é: “qualquer atitude que leve a destruição de bens e documentos pessoais”; e, a violência moral é “entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, LEI 11.340, 2006).

Sendo assim, foi realizada uma comparação do ano de 2019 em relação ao de 2020, considerando as cinco formas de violência citadas, que estão presentes na ficha de atendimento para identificação das demandas que advém das usuárias.

Tabela 1 - Formas de Violência no CDVida em 2019 e 2020

Formas de Violência	2019	2020
Física	56%	49%
Psicológica	94%	79%
Sexual	34%	23%
Patrimonial	25%	29%

Moral

41%

42%

 Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Banco de dados do CDVida.

A partir da elaboração do Perfil Socioeconômico, foi observado que cada mulher apresenta mais de uma forma de violência. Desta forma, na tabela foram inseridas todas as usuárias em cada tipo de violência relatado nos instrumentos de pesquisa. Assim, as porcentagens também foram feitas de modo que o total de 119 usuárias estivesse presente em cada forma de violência de modo separado no ano de 2020 e 100 usuárias no ano de 2019. Ou seja, a mulher que entrou na categoria de violência física, pode também entrar na categoria de violência sexual e outras.

Dito isso, o aumento dos casos de mulheres em situação de vulnerabilidade social no CDVida já foi mencionado e não surpreende, uma vez que através de todos os fatores que foram problematizados por conta da pandemia, podemos expor que esta intensificou em grande escala as desigualdades sociais que já existiam em dias normais vivenciados pelo brasileiro e pela mulher (LIMA, 2020).

Segundo o banco de dados do CDVida, a insegurança alimentar e dificuldade de se obter renda foram as principais demandas apresentadas pelas mulheres a instituição no ano de 2020, uma das possíveis explicações para isso é que grande parte das usuárias trabalhavam de forma informal, com venda de produtos em feiras e até mesmo nas ruas, com a chegada da pandemia, elas ficaram impossibilitadas de trabalhar devido às restrições impostas por conta do Coronavírus. Além disso, os filhos que antes estavam nas escolas e creches passaram a ter que ficar em casa, sob o cuidado das usuárias.

Antes da pandemia, ainda segundo o banco de dados da instituição, composto por relatórios e fichas de atendimentos, as maiores demandas institucionais eram por atendimento psicológico, seguido de atendimentos para casos de violência física encaminhados para o CDVida.

O crescimento de mulheres atendidas, seguidos de uma diminuição nos índices de violência física, sexual e psicológica, remetem a pensar nos casos de subnotificações. Em análise realizada pelo Instituto de Segurança Pública, em 2020 diminuíram 21,9% os números de crimes de violência contra a mulher registrados em delegacias comparado a 2019 (SILVA, 2020).

A redução de crimes de violência contra a mulher no ano de 2020 não é algo para comemorar, “não significa que a violência diminuiu ou deixou de acontecer, mas pode indicar uma subnotificação por causa das restrições implementadas durante a pandemia” (SILVA, 2020).

Em síntese, a pandemia de COVID-19 afetou o funcionamento do CDVida, seu modo de trabalho e ampliou seus locais de atendimento, visto que o atendimento remoto possibilita alcançar mulheres para além do município de Duque de Caxias. Entretanto, também gerou um forte impacto na vida das mulheres que são atendidas pela instituição e nos dados referentes à violência doméstica, visto que as subnotificações nos impede de saber os reais efeitos da pandemia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi evidenciar o impacto que a pandemia trouxe para o Centro de Defesa da Vida no ano de 2020. Neste sentido, a análise do contexto político-econômico e as análises referentes a violência de gênero e violência doméstica são questões fundamentais para entender o lugar em que o CDVida está inserido. Nothaft e Chaveiro (2021, p. 204) afirmam que “não é possível olhar para a violência doméstica e familiar de forma descolada das demais opressões sociais e sem situar seu contexto social”.

[...] em uma dimensão epistemológica, examinar a violência doméstica em um contexto de pandemia a partir de uma perspectiva interseccional também significa repensar o modelo que vem sendo adotado a fim de transgredir a visão eurocêntrica de pensamento que impulsiona uma interpretação reducionista dos fenômenos e das relações sociais. Dessa forma, o enfrentamento à violência doméstica se fundamenta também no contínuo processo de descolonização subjetiva e afetiva, assegurando um sentido plural de mundo (NOTHAFT e CHAVEIRO, 2021, p. 206, grifo nosso)

Entretanto, durante a elaboração do trabalho, foi identificada uma enorme dificuldade em analisar o contexto social, visto que há uma falta de dados estatísticos atualizados. O adiamento do censo demográfico de 2020 por falta de previsão orçamentária é um reflexo disso, uma vez que seria muito útil para a pesquisa informações que têm relação direta com a pandemia do novo coronavírus. Além do mais, o Dossiê Mulher, que traz informações relativas à violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro, foi modificado no ano de 2021. Os anos anteriores traziam índices referentes a todos os municípios do Rio de Janeiro, já o que foi publicado em 2021, referente ao ano de 2020, não traz esse detalhamento, dividindo as informações entre “Interior, Baixada Fluminense, Capital e Grande Niterói” (Dossiê Mulher, 2021). Isso prejudica não só projetos de pesquisa, como também gera uma perda de eficiência e foco nas políticas públicas, já que não há dados municipais referentes a violência de gênero e doméstica.

Em relação à importância da rede de atendimento às mulheres, dispõe-se que, segundo Nothaft e Chaveiro (2021, p. 197),

Quando elas não estão articuladas, essa trajetória pode se caracterizar “por idas e vindas, círculos que fazem com que o mesmo caminho seja repetido

sem resultar em soluções, levando ao desgaste emocional e à revitimização.

Conforme exposto no texto, para contribuir com a renda e o sustento das mulheres atendidas pela instituição, o CDVida utiliza-se de programas de geração de trabalho através de oficinas e cursos para que as usuárias se tornem empreendedoras⁵, capazes de produzir e vender seus produtos de forma autônoma. Com o aprofundamento do desemprego, da pobreza e, consequentemente, o aumento de demandas relacionadas à alimentação, a busca de novas formas de sobrevivência da classe trabalhadora foram desencadeadas. A distribuição de cestas básicas foi a medida adotada pelas assistentes sociais da instituição como resposta a essas questões. Entende-se que o CDVida buscou diferentes formas para atendimento às necessidades mais imediatas das mulheres que sofreram com os impactos da pandemia.

Contudo, poderia haver um projeto realizado em conjunto com a distribuição das cestas básicas, como criar um diálogo sobre direitos humanos, sociais no momento da distribuição de alimentos; atuar na prevenção, denúncia e visibilidade das questões que envolvem a violência de gênero, doméstica, familiar contra a mulher; dar maior visibilidade aos serviços oferecidos pelo CDVida, que vai além da distribuição de alimentos, com o objetivo de estimular as ações dos profissionais em consonância a uma perspectiva crítica da profissão, em que o usuário é um sujeito de direitos.

A percepção de que a questão alimentar no Brasil tem sua complexidade envolvida por mais elementos do que simplesmente promover a distribuição de alimentos, ou estimular iniciativas localizadas de geração de emprego e renda, mesmo considerando tais iniciativas bastante indispensáveis, avança em direção a entender que em relação a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), existe a necessidade de se pensar um amplo leque de políticas públicas estruturantes, e direcionadas ao combate da fome e exclusão social, cujo âmbito interdisciplinar, e intersetorial exige a confluência de várias especialidades, e impõem a necessidade de integração de um conjunto de políticas públicas implementadas por diferentes setores de governo. (MACHADO, 2021, p. 154-155)

Diante dos desafios colocados pelo cenário social, sanitário e político, e do aumento da vulnerabilização das mulheres frente às violências, nosso papel é agir contracorrente, fortalecendo o coletivo e a cobrança pelas ações do poder público,

⁵ Como já havia sido mencionado no item anterior “O Cdvida e uma breve análise do contexto territorial”.

em direção à reparação de desigualdades históricas e estruturais, para que estas se tornem cada vez mais distantes do que vivemos hoje. É preciso lutar para que tenhamos políticas efetivas contra a violência doméstica, com distribuição dos recursos tanto para que tenhamos atendimentos qualificados para as vítimas dessa violência quanto de políticas sociais para garantia de renda e emprego, de segurança alimentar, de educação, dentre outras, que são pilares que sustentam a desigualdade social no Brasil. Apenas dessa forma conseguiremos acolher da melhor maneira possível as repercussões que o impacto das violências gera sobre a condição de vida das mulheres. “É muito difícil para mulheres vulneráveis socioeconomicamente conseguirem fazer denúncias de violência doméstica enquanto vivem com os abusadores em residências com um ou dois dormitórios” (BARBOSA et al, 2020, p. 4).

Vale ressaltar a importância da análise interseccional quando se trata da violência doméstica contra a mulher, pois ela determina variados fatores que normalmente são ignorados durante o processo de atendimento a acolhimento dessas mulheres. Não podendo deixar de mencionar que, ao falar e pensar sobre interseccionalidade, não se pode desvincular essa análise do feminismo negro (CRENSHAW, 2002), levando em consideração que o maior número de mulheres que sofrem esse tipo de violência são negras e tal fato não pode ser desconsiderado nesta perspectiva.

[...] a interseccionalidade se torna uma ferramenta metodológica indispensável para a estruturação de políticas públicas condizentes com a realidade das mulheres em sua diversidade, assim como na criação de estratégias para romper com as barreiras de acesso à rede de atendimento criadas pelas estruturas de opressão (NOTHAFT e CHAVEIRO, 2021, p. 202)

Deve-se analisar criticamente, também, o contexto histórico em que essas mulheres vitimadas viveram e vivem. Podendo haver casos de abuso desde a infância e, conseqüentemente, uma internalização — e maior fragilidade — de que a violência sofrida faz parte de seu cotidiano e ser naturalizada e banalizada pelas mesmas, de modo que postergue e prolongue o ato da denúncia até o ponto mais crítico do ciclo de violência doméstica (MORGADO, 2006).

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, ZULEIKA. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. - 1º ed. [recurso eletrônico] - São Paulo: **Boitempo**, 2020.

ARRUZZA, C. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**. Revista Outubro. Edição 23. Janeiro de 2015.

BARBOSA, J. P. M., LIMA, R. de C. D., SANTOS, G. de B. M., *et al.* Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de covid-19: diálogos e possibilidades. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, 2021. DOI: 10.1590/s0104-12902021200367. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/qKZv8sc885rpsqDhwV5YJpF/>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

BARROS, Virgínia Coutinho de. Gênero e pandemia: casos de violência contra a mulher na América do Sul. **Revista Espirales**, Edição Especial: Dossiê Covid-19 na América do Sul, 2021

BEHRING, Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: **Cortez**, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2009.

BRASIL, Cristina Índio do. **Violência contra mulher cresce durante a pandemia no estado do Rio**. Agência Brasil: Rio de Janeiro, 08 de mar de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-03/violencia-contramulher-cresce-durante-pandemia-no-estado-do-rio#:~:text=Mais%20de%2050%20mulheres%20foram,casos%20ocorreram%20dentro%20das%20residências.>>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.> Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. **Lei do SUAS nº 12.435**, de 6 de julho de 2011. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**,

Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>.
Acesso em: 18 de junho de 2022.

Câmara Municipal de Duque de Caxias. **A cidade**. Disponível em:
<https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CDVida. **Centro de Defesa da Vida: Nossa missão**, 2022. Disponível em:
<<https://cdvida.org.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

COELHO, Marilene. **Imediatividade da Prática Profissional** – In Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. RJ: Lumen Juris, 2011. Disponível em :
<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-117152/imediatividade-na-pratica-profissional-do-assistente-social>. Acesso em: 03 mar. 2022

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

COUTO, Berenice Rojas. **Direito social e assistência social: uma contradição em processo ou um processo em contradição? O Direito social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma equação possível?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 161-182

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DESSEN, Maria Auxiliadora. **Estudando a Família em Desenvolvimento: Desafios conceituais e teóricos**. Psicologia: ciência e profissão, 2010, 30 (núm. esp.), 202-219

Denúncias registradas pelo Ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020. Governo Federal, 2020. Disponível em:
<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>>. Acesso em: 08/03/2022.

Duque de Caxias. **Lei nº 2.764** de 04 de abril de 2016.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda. **“Na prática a teoria é outra?”**. In Serviço Social- Temas, Textos. Coletânea Nova do Serviço Social e RJ: Contextos. Lumen Juris.

FUCHS, Jessica Janine Bernhardt [et al.]. Isolamento social e violência contra a mulher: contribuições ao debate. In: TAPAJOS, Luziele [et al.]. **Pandemia, políticas públicas e sociedade** [recurso eletrônico] - 1. ed. Florianópolis [SC] : Emais, 2021.

GALVÃO, Instituto Patrícia. **O que é feminicídio?**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/o-que-e-feminicidio/#feminicidio-no-codigo-penal-brasileiro>>. Acesso em: 20 de jul de 2022.

GUERRA, Yolanda (Org.). **A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 39-70.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ranking: município de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

JESUS, Edivane de; CAMPOS, Sabrina Fermiano. Previdência Social em Contrarreforma: o desmonte do INSS e os entraves ao acesso da classe trabalhadora na pandemia da Covid-19. In: TAPAJOS, Luziele [et al.]. **Pandemia, políticas públicas e sociedade** [recurso eletrônico] - 1. ed. Florianópolis [SC] : Emais, 2021.

LARA, Ricardo. Pandemia e Capital: As repercussões da Covid-19 na reprodução social. In: TAPAJOS, Luziele [et al.]. **Pandemia, políticas públicas e sociedade** [recurso eletrônico] - 1. ed. Florianópolis [SC] : Emais, 2021.

LARA, Ricardo; HILLESHEIM, Jaime. Modernização trabalhista em contexto de crise econômica, política e sanitária. In: TAPAJOS, Luziele [et al.]. **Pandemia, políticas públicas e sociedade** [recurso eletrônico] - 1. ed. Florianópolis [SC] : Emais, 2021.

LEWIS, Charlie; DESSEN, Maria Auxiliadora. **O pai no contexto familiar**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Jan-Abr, 1999, Vol. 15, n. 1, pp. 009-016

MACHADO, Neila Maria Viçosa. Pandemia, fome e miséria: uma relação destruidora. In: TAPAJOS, Luziele [et al.]. **Pandemia, políticas públicas e sociedade** [recurso eletrônico] - 1. ed. Florianópolis [SC] : Emais, 2021.

Mais de 250 mulheres foram vítimas de violência por dia durante o isolamento social em 2020. Instituto de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=456>>. Acesso em: 08/03/2022.

MEDEIROS, L. “Quem Ama Não Mata”: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH** – Associação

Nacional de História. São Paulo, USP, julho 2011. Disponível em:
<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848995_ARQUIVO_ArtigoA_npuhNacional.2011.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

MEDEIROS, L. Violência Doméstica Contra a Mulher: uma expressão da desigualdade de gênero. In: **Revista Eletrônica Semestral “Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio”**. N.º 10 jan/jul 2012. Págs. 35-58. Disponível em:
<<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo6.pdf>>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

MEDEIROS, Luciene. SANTOS, Hebe. **Violência contra a mulher, Políticas Públicas de Gênero e Controle Social: a construção do I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Duque de Caxias**. Cadernos de Segurança Pública, Ano 9, n.º 09, Nov/2017.

MISEREOR. **Misereor IHR HILFSWERK - Sobre nós**, 2022. Disponível em:
<<https://www.misereor.org/pt/sobre-nos>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MORGADO, Rosana. **Família(s): permanências e mudanças**. Os lugares sociais de mulheres e homens. Os lugares sociais de mulheres e homens. In: VI Jornada de Pesquisadores do CFCH/UFRJ, 2004, Rio de Janeiro. Anais da VI Jornada de Pesquisadores do CFCH. RJ: UFRJ, 2004.

MORGADO, Rosana. **Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento**. In: GONÇALVES, H.S. e BRANDÃO, E... (Org.). Psicologia Jurídica no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2006, v. , p. 309-339.

MULHER, Dossiê. Instituto de Segurança Pública. Organizadores: Governo do Rio, Secretaria de Segurança, Instituto de Segurança Pública, 2021. Disponível em:
<<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=212>>. Acesso em: 06/03/2022

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Disponível em :
<https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.p>. Acesso em : 05 mar. 2022.

NETTO, J. P. **Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social**. Intervenção Social, Lisboa, n. 41, p. 11–35, 2014. Disponível em:
<http://revistas-prod.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/1195>. Acesso em: 21 abr. 2022

NETTO, J. P. **Economia Política: uma introdução crítica**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez 2011.

NOTHAFT, Raissa Jeanine; CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa. Impactos da Covid-19 nas violências domésticas e familiares: necessidade da interseccionalidade na aplicação de políticas públicas. *In*: TAPAJOS, Luziele [et al.]. **Pandemia, políticas públicas e sociedade** [recurso eletrônico] - 1. ed. Florianópolis [SC] : Emais, 2021.

Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

ONU MULHERES. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe:** dimensões de gênero na resposta. 2020c. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

ONU MULHERES. **Mulheres no centro da luta contra a crise Covid-19.** [s.l.] Organização das Nações Unidas, 26 de março de 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=Mulheres+no+centro+da+luta+contra+a+crise+Covid-19>. Acesso em: 05/03/2022.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. **Redes Municipais Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Rio De Janeiro.** Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/5367968/cartilha-redes-municipais.pdf/659283f3-c0e3-de72-2bee-a9fb37bc54b4?version=1.0&t=1580508899646>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

QEDU. **Lista Completa de Escolas.** Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/sobre>. Acesso em: 2 jul. 2022.

ROSO, Adriane; SOUZA, Janine Gudolle; e outros. **Fique em Casa**, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21436>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely de Souza. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Amanda. **Auxílio emergencial: governo apresenta perfil dos beneficiários em 2020: 55% são mulheres.** Contábeis, 09 de mar de 2021. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/noticias/46336/auxilio-emergencial-governo-apresenta-perfil-dos-beneficiarios-em-2020-55-sao-mulheres/>>. Acesso em: 20 de jul de 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil.** Serv. Soc. Soc. São Paulo, nº 136, p. 484 - 494, set/dez, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 474p.

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro. **Arrecadação por Município e Região do Estado, 2020**. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_structure/servicos?_afLoop=52316148603556173&datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC275242&_adf.ctrl-state=ocb1wgp67_270>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SILVA, Vitória Regia. **Revista Gênero e Número: Violência**, 2020. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/category/violencia/>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SIMÕES, Manoel R. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2007. p 20-270.

SIMÕES, P. **Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil / Inglaterra**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; BARBOSA, Debora Nunes. Reflexões sobre o agravamento das desigualdades sociais e raciais no Brasil no contexto da pandemia de SARS-COV-2. *In*: TAPAJOS, Luziele [et al.]. **Pandemia, políticas públicas e sociedade** [recurso eletrônico] - 1. ed. Florianópolis [SC] : Emais, 2021.

Sousa IN, Santos FC, Antonietti CC. **Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: Revisão integrativa**. REVISA. 2021; 10(1): 51-60. Disponível em: <<https://doi.org/10.36239/revisa.v10.n1.p51a60>>. Acesso: 05/03/22.

TERESA, Maria; TILIO, Rafael de ; CREMA, Izabella Lenza. Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica. **Pensando famílias**, v. 21, n. 1, p. 146–161, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000100012>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

ZANARDO, Larissa; VALENTE, Maria Luiza Louro Castro. Família e gênero na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 8, n. 2, p. 5–5, 2018. Disponível em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/936>>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

ZUCCO, Luciana P.; LISBOA, Teresa K. Violências contra mulher: reflexões em tempo de COVID-19. *In*: TAPAJOS, Luziele [et al.]. **Pandemia, políticas públicas e sociedade** [recurso eletrônico] - 1. ed. Florianópolis [SC] : Emais, 2021.